



APNOR

Instituto Politécnico de Bragança

A certificação *Forest Stewardship Council* nos sistemas de controlo de gestão para a sustentabilidade: Estudo de múltiplos casos em empresas de comércio de madeira

Vânia Letícia Valbom Ribeiro

Dissertação apresentada à Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança para obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade e Finanças

Orientado por **Professor Doutor Joaquim Mendes Leite**

Bragança, Dezembro 2023

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender como e porquê integrar a certificação *Forest Stewardship Council (FSC)* nos sistemas de controlo de gestão (SCG) para a sustentabilidade das empresas de comércio de madeira. O enquadramento teórico é no âmbito da certificação *FSC* e dos SCG para a sustentabilidade. O estudo de múltiplos casos em empresas do setor do comércio de madeira mostra-se adequado como método de investigação e capaz de responder à pergunta de investigação. Para este caso em específico, foram selecionadas quatro empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados que possuem certificações florestais, nomeadamente a certificação *FSC*. A recolha de dados foi efetuada através de análise de conteúdo. O tratamento da evidência foi feito através da análise das informações recolhidas, dado tratar-se de uma metodologia qualitativa. Para a elaboração deste trabalho, foram analisados os relatórios relativos ao ano de 2021 e também informação contida nos respetivos sites, durante os meses de fevereiro e março de 2023. Os principais resultados deste estudo confirmam que as empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados implementam diversas práticas (como?) em que a certificação *FSC* surge integrada nos SCG para a promoção de diversos objetivos (porquê?) de sustentabilidade. Os resultados evidenciam que as empresas deste setor não só implementam práticas sustentáveis, como também se preocupam em divulgar informação sobre o assunto. Em termos práticos, verificou-se que as empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados integram sete dos dez princípios *FSC* na sua gestão, o que demonstra uma elevada integração desta certificação nos SCG das empresas estudadas.

Palavras-chave: Sistemas de controlo de gestão, sustentabilidade, certificação *Forest Stewardship Council*, setor do comércio de madeira, estudo de múltiplos casos.

Abstract

The objective of this study is to understand how and why to integrate *Forest Stewardship Council (FSC)* certification into management control systems (MCS) for the sustainability of timber trading companies. The theoretical framework is within the scope of *FSC* certification and MCS for sustainability. The study of multiple cases in companies in the wood trading sector appears to be suitable as a research method and capable of answering the research question. For this specific case, were selected four companies in the retail sector of wood and its derivatives that have forestry certifications, namely *FSC* certification. Data collection was carried out through content analysis. The treatment of evidence was carried out through the analysis of the information collected, given that it is a qualitative methodology. To prepare this work, reports relating to the year 2021 were analyzed, as well as information contained on the respective websites, during the months of February and March 2023. The main results of this study confirm that companies in the wood retail trade sector and its derivatives implement various practices (how?) in which *FSC* certification appears integrated into MCS to promote various sustainability objectives (why?). The results show that companies in this sector not only implement sustainable practices, but also care about disseminating information on the subject. In practical terms, it was found that companies in the retail sector of wood and its derivatives integrate seven of the ten *FSC* principles in their management, which demonstrates a high level of integration of this certification in the MCS of the companies studied.

Keywords: Management control systems, sustainability, Forest Stewardship Council certification, timber trade sector, multiple case study.

Lista de Siglas e Acrónimos

BCSD – *Business Council for Sustainable Development*

CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

FSC – *Forest Stewardship Council*

GRI – *Global Reporting Initiative*

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organizações não Governamentais

PME – Pequenas e Médias Empresas

SCG – Sistemas de Controlo de Gestão

Índice

Resumo	ii
Abstract	iii
Lista de Siglas e Acrónimos	iv
Índice de Figuras	vii
Índice de Tabelas	viii
Introdução.....	1
1. Enquadramento teórico	3
1.1. Sustentabilidade ambiental e desenvolvimento.....	3
1.1.1. Desenvolvimento Sustentável	3
1.1.2. Sustentabilidade	4
1.1.3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	6
1.2. Certificação florestal e comércio de madeira	8
1.2.1. Certificação florestal	8
1.2.2. Comércio de Madeira.....	10
1.3. Certificação <i>Forest Stewardship Council</i>	11
1.3.1. Descrição da Certificação <i>FSC</i>	11
1.3.2. Estratégias e Princípios do <i>FSC</i>	14
1.4. Sistemas de Controlo de Gestão	16
1.5. Sistemas de controlo de gestão para a sustentabilidade.....	19
2. Metodologia de Investigação	21
3. Certificação <i>Forest Stewardship Council</i> nos Sistemas de Controlo de Gestão para a Sustentabilidade: Estudo de múltiplos casos em empresas de comércio de madeira.....	22
3.1. Contextualização do setor do comércio de madeira	23
3.2. Caracterização das empresas.....	25
3.2.1. Balbino e Faustino.....	25
3.2.2. Corticeira Amorim.....	25
3.2.3. Finsa	26
3.3.4. Movecho	27
3.3. Certificação <i>FSC</i> nos sistemas de Controlo de Gestão para a Sustentabilidade.....	27
3.3.1. Objetivos das empresas alinhados com os ODS.....	27
3.3.2. Objetivos das empresas alinhados com os princípios <i>FSC</i>	30
3.3.2.1. Objetivos relacionados com a sustentabilidade económica	30
3.3.2.2. Objetivos relacionados com a sustentabilidade social	32
3.3.2.3. Objetivos relacionados com a sustentabilidade ambiental	34
3.3.3. Objetivos das empresas alinhados com as estratégias <i>FSC</i>	37
3.3.4. Política de Sustentabilidade adotada pelas empresas.....	39
4. Discussão teórica.....	40
Conclusão, limitações e sugestões de pesquisas futuras.....	44
Referências.....	45

Anexos	52
Anexo 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	52
Anexo 2 – Política de Sustentabilidade	63
Anexo 3 – Planos de ação no âmbito da melhoria ambiental e social	65
Anexo 4 – Linha de atuação de acordo com os princípios de atividades sustentáveis	66

Índice de Figuras

Figura 1 - Classes de dimensão de empresas do setor do comércio da madeira em 202124

Figura 2 - Segmentos de atividade das empresas do setor do comércio da madeira em 2021 .24

Índice de Tabelas

Tabela 1: Objetivos económicos da empresa alinhados com os ODS.	28
Tabela 2: <i>Objetivos sociais da empresa alinhados com os ODS.</i>	29
Tabela 3: Objetivos ambientais da empresa alinhados com os ODS.	29
Tabela 4: Princípio 1: Cumprimento da legislação.....	30
Tabela 5: Princípio 7: Planeamento da gestão florestal.....	31
Tabela 6: Princípio 10: Implementação das atividades de gestão.....	32
Tabela 7: Princípio 2: Proteção dos trabalhadores e das condições de trabalho.....	33
Tabela 8: Princípio 4: Relações com as comunidades.	33
Tabela 9: Princípio 6: Valores e impactos ambientais: conservação dos serviços dos ecossistemas.	35
Tabela 10: Princípio 9: Proteção dos altos valores de conservação.	36
Tabela 11: Estratégia 1 - Cocriar e implementar soluções florestais,	37
Tabela 12: <i>Estratégia 2 - Transformar mercados</i>	38
Tabela 13: Estratégia 3 - Catalisar mudanças.....	39
Tabela 14: Práticas e objetivos da sustentabilidade económica.	41
Tabela 15: Práticas e objetivos da sustentabilidade social.	42
Tabela 16: Práticas e objetivos da sustentabilidade ambiental.	42

Introdução

A sustentabilidade de uma empresa é um conceito complexo porque engloba questões económicas, sociais e ambientais, significando compromissos e objetivos atingidos. Uma organização sustentável tem como base as suas principais atividades e o uso de recursos como códigos de conduta, relatórios, estabelecimento de objetivos e comunicação estratégica (Frostenson et al., 2022). Verifica-se um interesse crescente pela sustentabilidade por parte dos *stakeholders*, pois empresas sustentáveis exigem maior transparência e proporcionam maiores benefícios para a sociedade em geral (Segurado, 2022). Assim, considera-se que uma economia sustentável se constrói com base na confiança que as empresas transmitem para os seus *stakeholders* (Backes & Traverso, 2022; Chirico & Rettore, 2022). A implementação de sistemas de controlo de gestão (SCG) estratégicos influencia o desenvolvimento de produtos e serviços relacionados à sustentabilidade, através de mudanças nas práticas de controlo de gestão (Beusch et al., 2022; Kerr et al., 2015). Também a integração dos relatórios de sustentabilidade nos sistemas de controlo de gestão oferece benefícios às empresas que tenham objetivos de sustentabilidade e que tencionem valorizar a relação com os seus *stakeholders*.

Tanto na produção de objetos como na construção, a madeira, enquanto material, está presente no dia-a-dia da sociedade humana, pelo que é relevante distinguir "consumo de madeira" e "consumo sustentável de madeira" (Leszczyszyn et al., 2022). Tanto o progresso tecnológico como os esforços para a mitigação das mudanças climáticas geram novas oportunidades em vários setores, nomeadamente no setor da construção em madeira. Assim, o uso da madeira na construção tem sido uma opção recomendável. A relevância da conservação da biodiversidade, proteção dos ecossistemas e promoção da segurança no trabalho florestal está na origem da certificação florestal *Forest Stewardship Council (FSC)* nas suas vertentes económica, social e ambiental (FSC, 2022a). Esta certificação florestal pretende potenciar as melhores formas de responder às alterações climáticas, considerando a resiliência dos espaços florestais.

Tendo em conta a importância destas considerações, este estudo tem como questão de investigação "como e porquê integrar a certificação FSC nos SCG para a sustentabilidade nas empresas de comércio de madeira?". A elaboração deste trabalho tem o objetivo de despertar o interesse pela questão da sustentabilidade nos gestores das empresas e de demonstrar algumas das formas de a integrarem na sua gestão, em especial através dos SCG. A metodologia utilizada é a de múltiplos casos, com a seleção aleatória de quatro empresas do setor do comércio de madeira a retalho, através de uma pesquisa qualitativa, uma vez que é a mais adequada para responder às perguntas do tipo como e porquê. Os tratamentos dos dados foi efetuado pela análise de informações recolhidas das páginas de internet das empresas selecionadas e dos relatórios anuais públicos, do ano de 2021, das mesmas.

Assim, este estudo está dividido em três pontos fundamentais. O primeiro é um enquadramento teórico, que se subdivide em cinco pontos: o primeiro, com a definição de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento, o segundo da definição e enquadramento da certificação florestal

e comercio de madeira, o terceiro refere-se à certificação *FSC*, o quinto com referência aos sistemas de controlo de gestão (SCG) e, por fim, o quinto aos SCG para a sustentabilidade. O segundo ponto apresenta sinteticamente os argumentos para o método de investigação selecionado. Por último, o terceiro ponto começa por contextualizar o setor do comércio de madeira, seguido da caracterização das empresas estudadas e termina com a análise da certificação *FSC* nos SCG para a sustentabilidade, numa primeira parte em relação aos ODS e de seguida em relação aos princípios e estratégias da certificação *FSC*.

1. Enquadramento teórico

O enquadramento teórico deste estudo está dividido em cinco subpontos, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento, a certificação florestal e o comércio de madeira, a certificação FSC, os SCG e os SCG para a sustentabilidade.

1.1. Sustentabilidade ambiental e desenvolvimento

Este subponto começa por abordar o desenvolvimento sustentável seguido do conceito de sustentabilidade e dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

1.1.1. Desenvolvimento Sustentável

Alguns dos aspetos que despertam a atenção dos gestores são a crescente preocupação com as mudanças climáticas, o aquecimento global, a poluição ambiental, as inundações locais, as secas de longa duração, a diminuição da biodiversidade, a pobreza, o aumento das desigualdades económicas e sociais e a insustentabilidade dos padrões dominantes de produção e consumo (Čepelová & Douša, 2020; Mirghaderi & Mohit-Ghiri, 2019). A crescente atividade humana e os seus impactos na sociedade levam à necessidade de proteção dos ecossistemas, de forma a garantir um desenvolvimento sustentável (Paluš et al., 2021). A contabilidade social e ambiental necessita de mais progressos em termos de contributos para o desenvolvimento sustentável, pelo que a preocupação por parte das empresas em relação a este tema tem aumentado progressivamente, tendo em conta o desejo de pertencerem a mercados globais (Bebbington & Larrinaga, 2014). Considera-se, assim, que o desenvolvimento sustentável se obtém quando se atingem objetivos pré-definidos, sem comprometer a capacidade das gerações futuras (Orekoya & Oluleke, 2021).

O desenvolvimento sustentável é um processo dinâmico cuja implementação nas empresas melhora a qualidade dos seus produtos e serviços e, ao mesmo tempo, a qualidade de vida da população em geral, gerando benefícios de longo prazo (Mirghaderi & Mohit-Ghiri, 2019). A sustentabilidade económica, social e ambiental são os três pilares do desenvolvimento sustentável enquanto conceito (Čepelová & Douša, 2020; Orekoya & Oluleke, 2021). A sustentabilidade económica relaciona-se com o crescimento económico e a procura por recursos naturais e sociais. A sustentabilidade social refere-se à melhoria das condições de vida de todas as pessoas no sentido de uma maior igualdade social. Por fim, a sustentabilidade ambiental diz respeito à minimização dos impactos ambientais e à conservação dos recursos naturais.

Os gestores precisam de estar atentos à evolução da envolvente externa, particularmente em termos de sustentabilidade, para se adaptarem com mais facilidade a novas mudanças, alterando estratégias quando necessário (Rehman, et al., 2020; Sutton & Brown, 2021). As organizações são responsáveis pelo desenvolvimento sustentável sempre que usam e geram recursos naturais em respeito por normas de sustentabilidade (Nikolakis & Wood, 2022). Como

diversas Organizações Não Governamentais (ONG) trabalham em prol da sustentabilidade, estabelecem-se parcerias com as empresas no sentido de atingir objetivos. Porém, tais parcerias podem entrar em conflito devido à existência de interesses e valores distintos, pois as empresas pretendem gerar maiores lucros individuais e as ONG pretendem alcançar um bem público mais geral. Estes conflitos podem resultar em metas, objetivos e prazos distintos. Para se obter uma parceria bem-sucedida entre empresas e ONG, convém considerar diversos fatores: um objetivo superior comum, a identidade de grupo, a confiança, a responsabilidade, a comunicação e a distribuição de recompensas. O desenvolvimento destas parcerias pode melhorar as condições de vida da comunidade em geral, por um lado, e os resultados financeiros das empresas, por outro (Business Council for Sustainable Development [BCSD], 2022).

As práticas de desenvolvimento sustentável envolvem custos que, muitas vezes, não são suportáveis, prejudicando os desejáveis níveis de sustentabilidade e de resultados financeiros em simultâneo. Assim, o desenvolvimento sustentável também depende de apoios financeiros, nomeadamente da parte do poder governamental, tanto a curto como a médio e longo prazo, que procura equilibrar e apoiar o desenvolvimento económico, social e ambiental (Chen & Li, 2021; Mirghaderi & Mohit-Ghiri. 2019). Esses incentivos podem ser subsídios de ajuda a práticas sustentáveis ou a criação de condições de melhor acesso a mercados financeiros. Essas condições para um desenvolvimento sustentável são criadas através de regulação ambiental, incentivos económicos, construção de infraestruturas ou coordenação de distintas atividades industriais.

Em mercados com elevada diferenciação de produtos, verifica-se uma alta competição e complexidade, pelo que as empresas, de modo a se inserirem nesses mercados, devem implementar estratégias bem pensadas (Guo et al., 2019). Para esse efeito, os gestores das Pequenas e Médias Empresas (PME) dão mais importância a questões económicas por serem as que demonstram o sucesso dos seus resultados, considerando que por detrás é que estão os recursos utilizados nas ações sociais e ambientais (Córdova-Aguirre & Ramón, 2021). Os desempenhos económico e social crescem em conjunto, de forma a aumentar a eficácia da tomada de decisão, facilitar a avaliação das empresas e conseguir vantagens competitivas (Farida et al., 2022; Rosini et al., 2020). Ou seja, é necessário que haja um equilíbrio entre o desempenho financeiro e não financeiro para se obter a maximização do desempenho global, considerando questões de sustentabilidade.

1.1.2. Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade surgiu em 1987 e tem evoluído significativamente com a aprovação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2030 (Corsi & Arru, 2020). Este conceito diz respeito à necessidade que as empresas sentem em incluir questões sociais e ambientais na tomada de decisão, tendo em conta o crescimento responsável e os recursos naturais existentes através de processos, sistemas e estruturas que apoiam ativamente a capacidade de as gerações atuais e futuras melhorarem a qualidade da sociedade

(Mirghaderi & Mohit-Ghiri, 2019). É um conceito multifacetado e medi-lo requer vários indicadores que devem ser ponderados em questões económicas, sociais e ambientais (Orekoya & Oluleke, 2021). A sustentabilidade é vista como um meio de criação de valor para a própria empresa e para os seus *stakeholders*, de forma a beneficiar o ambiente e a utilizar eficientemente os recursos existentes (Frostenson et al., 2022). O principal foco deste conceito é garantir a robustez e resiliência dos negócios em função das estratégias sustentáveis implementadas (Mustapha & Wahid, 2021).

A sustentabilidade nas cadeias de abastecimentos, que é um fluxo contínuo através do qual as diversas áreas operacionais se interligam para a criação de valor, surge por dois motivos distintos (Goswami et al., 2022). Primeiro, pela definição de objetivos estratégicos que se refere à criação de padrões para a proteção e conservação dos recursos naturais. Segundo, pela obtenção de ganhos económicos, seja por vantagem competitiva, seja por minimização dos custos, seja por maximização dos lucros. Estes dois motivos complementam-se para garantir maior desenvolvimento sustentável. É determinante que os gestores tenham noção da definição de sustentabilidade e que a incorporem nas suas estratégias (Córdova-Aguirre & Ramón, 2021).

As empresas elaboram relatórios globais periódicos ou páginas web empresariais onde publicam as suas informações acerca da sustentabilidade (Carmo & Miguéis, 2022; Traxler et al., 2020). As normas mais utilizadas nos relatórios de sustentabilidade são as da *Global Reporting Initiative (GRI)* que reportam as categorias económica, social e ambiental em direção a um desenvolvimento sustentável, fornecendo uma visão equilibrada e razoável (Chirico & Rettore, 2022; Kerr et al., 2015). As empresas comunicam de forma clara e transparente informação tanto acerca dos riscos como do impacto da sustentabilidade (Segurado, 2022). São diversos os motivos para a divulgação da informação acerca da sustentabilidade. Primeiramente, para responder às necessidades e expectativas dos *stakeholders* e lhes informar o desempenho obtido com as práticas sustentáveis. De seguida, reduzir as assimetrias de informação, os custos de agência entre os gestores e administradores e as transferências de capital devido a custos políticos, que podem surgir do fraco desempenho sustentável. Por fim, responder às pressões institucionais em relação à comunicação do desempenho sustentável por meio de um processo de mudança isomórfica.

A preparação de relatórios de sustentabilidade conta com contributos de vários departamentos para além do departamento financeiro, como de sustentabilidade, qualidade, ambiente, recursos humanos e marketing e/ou comunicação (Bebbington & Larrinaga, 2014; Carmo & Miguéis, 2022). As empresas proporcionam diálogos tanto entre acionistas como entre todos os envolvidos acerca de questões de sustentabilidade, pois o crescente interesse por parte dos *stakeholders* por este tema é o principal impulsionador das empresas na elaboração dos respetivos relatórios (Chirico & Rettore, 2022). É importante saber qual a informação a comunicar, pois cada *stakeholder* tem as suas preferências e pode haver conflitos de interesses (Asiaei et al., 2022). Por um lado, os acionistas/gestores preferem informação financeira, dado o seu interesse em obter maior desempenho económico-financeiro. Por outro lado, clientes,

fornecedores e colaboradores, preferem informação não financeira, pois estão mais preocupados com as características e a qualidade dos produtos/serviços. Os relatórios de sustentabilidade são certificados por auditores ou certificadores independentes, de modo a garantir que as empresas respeitem as regras de comunicação e informação (Conselho da União Europeia, 2022). No caso das empresas não europeias, a certificação é feita por um auditor europeu ou sediado num país terceiro.

A Comissão Europeia e a *GRI* criaram um acordo de cooperação no desenvolvimento das novas normas de relato não financeiro dado que a maioria das empresas utiliza as normas *GRI* nos seus relatórios de sustentabilidade (Segurado, 2022). A Comissão Europeia, de forma a se vincular juridicamente na UE, adotou a Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (*Corporate Sustainability Reporting Directive – CSRD*) que está em conformidade com o Pacto Ecológico Europeu e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) (Carmo & Miguéis, 2022; Segurado, 2022). Esta diretiva visa melhorar a comunicação da informação ao menor custo e contribuir para a transição para um sistema económico e financeiro plenamente sustentável. Este normativo será aplicado a grandes empresas que cumpram dois dos seguintes critérios: ter mais de 250 trabalhadores, ter um volume de negócios superior a 40M€ e ter valor de ativos líquidos totais superior a 20M€ (Chirico & Rettore, 2022; Segurado, 2022). Também se aplicará a PME cotadas em mercados regulamentados da UE, havendo normas diferentes para cada tipo de empresa, adaptadas às suas capacidades e recursos.

O Conselho e o Parlamento Europeu entraram em acordo numa proposta acerca da Diretiva de Comunicação de Informações sobre a Sustentabilidade das Empresas, visando colmatar as lacunas existentes em matéria de divulgação não financeira, que dificultam a transição para uma economia sustentável (Conselho da União Europeia, 2022). Esta nova proposta assegura que as empresas comuniquem informações sobre questões de sustentabilidade, como direitos ambientais, sociais, humanos e fatores de governação. Estas novas regras serão aplicadas a todas as empresas cotadas em mercados regulamentados. Relativamente às empresas não europeias, a obrigatoriedade de divulgarem relatórios de sustentabilidade aplica-se àquelas que apresentem um volume de negócios líquido superior a 150 milhões de euros na UE e que tenham pelo menos uma filial/sucursal na UE.

1.1.3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os ODS, descritos no Anexo 1, são compostos por 17 objetivos globais que incluem questões económicas, sociais e ambientais e visam melhorar o desenvolvimento sustentável das empresas a nível global (Kumar et al., 2021; Orekoya & Oluleke, 2021). A principal função dos ODS é reconhecer a erradicação da pobreza e de outras privações e acompanhar essas tendências de forma a melhorar a saúde e educação, a reduzir a desigualdade e a estimular o crescimento económico (BCSD, 2022). Estes objetivos são uma oportunidade de definição de novas estratégias para contribuir para o crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo. A sua implementação é crucial para fortalecer a resiliência e para prevenir ameaças futuras à medida

que ocorre a transição para um mundo mais verde e digital (Čepelová & Douša, 2020). Se não houver uma boa implementação dos ODS e uma economia globalmente sustentável, as gerações futuras serão privadas de condições de vida com a qualidade que existe atualmente (Čepelová & Douša, 2020). Os ODS são o caminho para um futuro mais sustentável com as metas internacionais com referência da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2030 (Backes & Traverso, 2022). Tais objetivos são constituídos por 169 metas identificadas e listadas nesse documento, focando-se em três aspetos essenciais (Costa et al., 2021). Primeiro, as prioridades estratégicas estabelecidas pela governança que compartilham o plano de responsabilidade social. Segundo, as atividades de controlo cujos resultados eventualmente levam à correção de estratégias. Por último, no posterior relato das atividades e objetivos referidos em documentos específicos, como balanços financeiros, relatórios de sustentabilidade e relatórios integrados.

Os ODS têm como ambição “não deixar ninguém para trás”, através de uma comunicação acessível a todos os *stakeholders* e com a fixação de metas de sustentabilidade tendo em conta cinco princípios (BCSD, 2022): (1) preocupação em proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras; (2) pessoas que se focam em erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; (3) prosperidade que engloba garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; (4) paz que promove sociedades pacíficas, justas e inclusivas; (5) parcerias globais sólidas onde se implementa aquela Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2030.

A Comissão Europeia propôs um programa político para alcançar a sustentabilidade tanto dentro como fora da UE (BCSD, 2022). Os ODS são uma parte das diretrizes dessas políticas e estão presentes nos planos de ação interna e externa em todos os setores. Tanto os ODS como a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2030 aplicam-se a todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento económico, social e ambiental (Čepelová & Douša, 2020).

Portugal foi um dos países com um papel mais ativo na implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2030 (BCSD, 2022). Em 2017, este país reforçou o seu compromisso com a apresentação do “Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, no qual descreve as ações aplicadas relativamente a cada um dos ODS. Em 2022, o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre desenvolvimento sustentável, destacou Portugal como um dos países mais sustentáveis do mundo. Segundo esse relatório, o país, na elaboração das suas estratégias sustentáveis, dá maior foco aos objetivos 4 – Educação e qualidade, 5 – Igualdade de género, 9 – Infraestruturas resilientes e industrialização inclusiva, 10 – Reduzir desigualdades, 13 – Ação climática e 14 – Proteger a vida marinha (BCSD, 2022).

1.2. Certificação florestal e comércio de madeira

Este subponto começa por abordar a certificação florestal, passando a algumas características do comércio de madeira.

1.2.1. Certificação florestal

A certificação florestal surgiu na década de 80 do século XX, com a finalidade de resolver problemas de desarboreização e degradação florestal, garantindo que apenas serão comercializados produtos derivados de produção sustentável (Malek & Rahim, 2022). Esta certificação desenvolve regras de modo a promover práticas florestais sustentáveis, a nível económico, social e ambiental e a incentivar as empresas a produzirem e venderem produtos mais sustentáveis, de acordo com as preocupações dos *stakeholders* (Hoang et al., 2015). O grande objetivo da certificação florestal e da respetiva rotulagem nos produtos derivados da floresta, é o de responsabilizar e recompensar qualquer pessoa, seja produtor, vendedor ou consumidor, por estar associado a práticas florestais sustentáveis (Kumar et al., 2021). Estes processos de certificação florestal valorizam o desempenho das atividades, produtos e serviços de uma empresa, através da verificação de que as empresas estão a cumprir com os padrões sustentáveis dos ODS e da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2030 (Lemes et al., 2021; Yamamoto & Matsumoto, 2022).

As florestas têm um papel vital para a biodiversidade, o meio ambiente, a comunidade e a economia (FSC, 2022b). A exploração florestal é uma resposta à procura por produtos biológicos (madeira, biomassa, entre outros) e à necessidade de conservação da natureza, seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável (Aggestam et al., 2020; Kumar et al., 2021). Estes princípios promovem o uso responsável de recursos florestais e baseiam-se em protocolos (critérios e indicadores a seguir para atingir metas e objetivos) e certificações (cumprimento de padrões, avaliação e reconhecimento do certificador) (Aggestam et al., 2020; Paluš et al., 2021). Protocolos e certificações servem para definir e monitorizar objetivos em prol do desenvolvimento sustentável (Čepelová & Douša, 2020).

As práticas florestais responsáveis equilibram a distribuição dos benefícios que as florestas fornecem de modo que todos os interessados lhe tenham acesso, pois a má gestão das florestas pode provocar impactos significativos devido à desarboreização e à degradação florestal (BCSD, 2022; Yamamoto & Matsumoto, 2022). Estes impactos podem ocorrer pela má exploração dos recursos naturais, mudanças climáticas, aquecimento global, emissão excessiva de carbono, deterioração da saúde pública e do ambiente natural, escassez de água e crises energéticas, rápido aumento da população, aumento das desigualdades e surgimento de novos fenómenos de exclusão, mal-estar social e instabilidade económica (Iqbal, 2021; Rehman et al., 2020). Tendo em conta estas, e outras, ameaças existentes contra o ecossistema, as empresas procuram desenvolver práticas de gestão sustentáveis (Chakraborty et al., 2019). Uma gestão florestal sustentável é quando se consegue manter as florestas saudáveis, seguindo determinados

requisitos (Yamamoto & Matsumoto, 2022). Estes preceitos envolvem três conjuntos de condições. Primeiro, a manutenção, conservação e aprimoramento da biodiversidade do ecossistema. Segundo, a proteção de áreas ecologicamente florestais. Por fim, a disponibilidade para consulta e interação com a comunidade envolvente. Os desenvolvimentos econômico, social e ambiental promovem a sobrevivência de todas as espécies e recursos naturais (Goswami et al., 2022). As empresas com certificação florestal demonstram o seu compromisso com o desempenho sustentável quando incluem questões de sustentabilidade na sua missão e visão (Kerr et al., 2015).

A crescente preocupação com a perda de biodiversidade, a desflorestação, o desmatamento e a degradação florestal levou a que as empresas integrassem estratégias mais sustentáveis (Lemes et al., 2021; Taylor & Lindenmayer, 2021). Os programas de certificação florestal foram desenvolvidos, com o incentivo de melhorar as práticas florestais globais. Os governos têm agido de modo a reduzir os impactos destes fatores através da imposição de metas direcionadas para a conservação da biodiversidade (Elbakidze et al., 2022). Uma das formas de combater esses impactos é através de práticas mais sustentáveis, rotulagem ecológica e certificação florestal.

Os sistemas de certificação incentivam os produtores e alertam os consumidores para a sustentabilidade de produtos e processos, mesmo que esses produtores e consumidores estejam em diferentes países, contribuindo para a globalização (Bebbington & Larrinaga, 2014). A certificação torna os produtos mais caros, mas dado que têm as qualidades económicas, sociais e ambientais que os consumidores preferem, estes não se importam de pagar um preço mais elevado (Malek & Rahim, 2022). Sustenta-se que as vantagens da certificação, incluindo a florestal, são superiores às suas desvantagens. Os benefícios da certificação florestal, tal como em outras certificações de sustentabilidade, podem traduzir-se em maior posição estratégica, maior responsabilidade social, maior facilidade de acesso aos mercados, melhoria na implementação das práticas sustentáveis e promoção da melhoria contínua (Jeronen, 2022). Se as florestas não forem conservadas ocorrem mudanças climáticas que vão prejudicar a biodiversidade e contribuir para a degradação dos produtos derivados.

O processo de certificação passa pela avaliação da qualidade das práticas florestais das empresas, tendo em conta padrões ou requisitos pré-determinados, que vão de encontro com os 17 ODS. As empresas têm de ter em conta que nenhum programa de certificação representa por completo as expectativas de todos os *stakeholders*, pelo que é necessária uma constante atenção nos *feedbacks* dados pelos mesmos (Lemes et al., 2021). A certificação necessita de uma terceira pessoa, um certificador, que avalie a qualidade da gestão da floresta e respetiva produção, tendo em conta padrões pré-determinados por uma organização de certificação pública ou privada (Kumar et al., 2021; Malek & Rahim, 2022). Há dois tipos de certificado para os produtores florestais (FSC, 2022a). Primeiro, a certificação da cadeia de valor que verifica o caminho dos produtos da floresta em toda a cadeia produtiva. Segundo, a certificação do projeto que permite que construtores, arquitetos, artistas e outros mostrem que os produtos florestais que usam em seus projetos são certificados e, portanto, seguem um compromisso ecológico.

O processo de certificação é composto por três funções diferentes (Malek & Rahim, 2022; Pattberg, 2005). A primeira é a certificação de que os padrões básicos de produção e gestão estão a ser cumpridos. A segunda é a acreditação por parte de organizações certificadoras com base em regras gerais pré-estabelecidas. A terceira é a rotulagem dos produtos ou serviços (Jeronen, 2022). As empresas podem estar sujeitas a processos de reivindicações que servem para que os gestores florestais verifiquem e avaliem o impacto das práticas florestais (FSC, 2022a). Estas reivindicações têm várias componentes de avaliação, nomeadamente o apoio à biodiversidade, o armazenamento de carbono, o fornecimento de água purificadora e a regeneração dos solos.

1.2.2. Comércio de Madeira

O setor de atividade que mais se preocupa com a melhoria do desenvolvimento sustentável é o da construção por ser um dos principais emissores de gases e dióxido de carbono (Myllyviita, et al., 2022). Este setor utiliza significativamente recursos naturais, contribui para as mudanças climáticas, para a produção de resíduos, de aterros sanitários e ainda para a poluição ambiental do solo, da água e do ar (Rehman et al., 2020). Uma forma de contrariar esta tendência é substituir o uso de materiais não renováveis e com intensas emissões de gases com efeito de estufa por materiais mais ecológicos que diminuam o esgotamento de recursos, reduzam as emissões de gases e possam ser limpas, verdes ou renováveis (Abed et al., 2022). O setor da construção tem vindo a substituir materiais, como o aço, por derivados de madeira em resposta a preocupações de sustentabilidade (Iqbal, 2021).

A madeira é um material que está presente na produção de objetos, na construção e no dia a dia da comunidade, pelo que é relevante distinguir “consumo de madeira” e “consumo sustentável de madeira” (Abed et al., 2022). A desarborização de florestas e a degradação florestal são fenómenos característicos da exploração ilegal de madeira, ou seja, da circulação ilegal de madeira entre diversos setores industriais. Tal comércio ilegal pode contribuir para mudanças do clima e da qualidade das águas, levando ao desaparecimento de plantas e animais que têm como habitat natural as florestas. Para além destas consequências, também ocorrem prejuízos económicos e sociais para a população que depende de recursos naturais das florestas, como lenha e frutos.

A principal vantagem do uso da madeira é o seu desempenho ambiental, pois reduz significativamente a emissão de gases e consequentemente a poluição, assim como o uso de recursos como a energia e a água (Abed et al., 2022). A madeira é um material renovável e de desperdício zero pelo facto de poder ser reutilizado após o término do seu ciclo de vida. Verifica-se um aumento na procura pela utilização de madeira e seus derivados pelos grandes benefícios climáticos que gera no curto prazo e, consequentemente, no médio e longo prazo (Myllyviita et al., 2022).

A adaptação a esta utilização leva tempo, pois é necessário repensar as estratégias produtivas das empresas. Os responsáveis pelas construções especulam com o facto de a utilização de madeira nos seus trabalhos ir ao encontro das expectativas do mercado, pelo menos em relação às preocupações com o uso de materiais poluentes e contribuir para um melhor desempenho ambiental. Os principais tipos de madeira comercializados para uso na indústria da construção, conforme *Mass Timber Construction (MTC)*, são os seguintes: (1) madeira laminada cruzada (*cross laminated timber – CLT*), (2) madeira laminada colada (*glued laminated timber – GLT*), (3) madeira laminada pregada (*nail laminated timber – NLT*), (4) madeira laminada encaixada com cavilhas (*dowel laminated timber – DLT*) e (5) madeira compósita estrutural (*structural composite lumber – SCL*) (Abed et al., 2022).

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019 (Governo de Portugal), “*The 2050 Carbon Neutrality Roadmap (RNC2050)*”, Portugal comprometeu-se com a neutralidade carbónica até 2050, através de uma gestão florestal mais racional (Leszczyszyn et al., 2022). O objetivo deste regulamento é aumentar a arborização ativa, promover práticas florestais (produção e comércio) com uso mais eficiente de recursos, reutilizar elementos construtivos, usar materiais reciclados, optar por edifícios multifuncionais com áreas de construção reduzida e utilizar materiais mais sofisticados com maior eficiência energética e durabilidade. O Conselho Mundial de Edifícios Verdes estima que os edifícios e as infraestruturas possam emitir 40% menos emissões de dióxido de carbono até 2030 e alcançar zero emissões líquidas nos novos edifícios até 2050 (Myllyviita et al., 2022).

1.3. Certificação *Forest Stewardship Council*

Este subponto descreve a certificação *FSC*, assim como os seus principais princípios e estratégias.

1.3.1. Descrição da Certificação *FSC*

A formação do primeiro programa global de certificação florestal ocorreu em 1993 após a Cúpula da Terra, com foco inicial em valores ambientais e sociais, sendo posteriormente adicionada a componente de viabilidade económica. (Nikolakis & Wood, 2022). O *FSC* é o programa de certificação florestal mais utilizado a nível mundial (Lemes et al., 2021; Pattberg, 2005). Este programa é constituído por dez princípios e 70 critérios, que se enquadram tanto em florestas como em produtos florestais. É um processo participativo, independente e transparente, comum nas certificações específicas das mais diversas áreas (Bebbington & Larrinaga, 2014; Elbakidze et al., 2022; Yamamoto & Matsumoto, 2022). O *FSC* tem como missão promover uma gestão florestal responsável em todo o mundo, que é também uma das metas dos ODS, e criar soluções para uma gestão sustentável das florestas tendo em conta todas as ameaças, desafios e oportunidades (Hoang et al., 2015).

A certificação *FSC* contribui para a conservação da natureza e para o comércio de produtos sustentáveis (Aggestam et al., 2020; Jeronen, 2022). Este certificado assenta em questões relacionadas com a pobreza, igualdade, recursos naturais, padrões de produção e consumo, condições de trabalho, alterações climáticas, sociedades inclusivas e responsáveis e parcerias globais (FSC, 2022b). O *FSC* incorpora um conjunto de normas de gestão florestal, processos de apoio à certificação por organismos acreditados, uma cadeia de proteção para processar e rastrear a madeira de florestas certificadas até ao ponto de venda e, por fim, uma etiqueta que identifica que a madeira está conforme a certificação *FSC* (Taylor & Lindenmayer, 2021).

Os princípios e critérios do certificado *FSC* definem os padrões para uma gestão florestal economicamente viável, socialmente benéfica e ambientalmente adequada, que são aplicados a todos os tipos de florestas e a todas as áreas florestais (FSC, 2022a). Em 1994, pela primeira vez, foram publicados dez princípios, sendo cada um deles apoiado por vários critérios. As empresas, através do certificado *FSC*, demonstram com credibilidade que as suas atividades operacionais estão de acordo com os ODS e responsabilizam-se pelas preocupações dos consumidores acerca de extrações indiscriminadas e ilegais de madeiras e dos respetivos efeitos nas mudanças climáticas (Kumar et al., 2021). Adicionalmente, essas empresas garantem também mais fácil acesso a mercados globais e obtêm vantagem competitiva por terem certificados *FSC* (Paluš et al., 2021).

A certificação *FSC* está dividida em três padrões (Jeronen, 2022). Primeiro, os padrões globais de práticas florestais que sustentam a base para o desenvolvimento de padrões nacionais e regionais. Depois, os padrões de cadeia de valor que definem regras para toda a cadeia produtiva. Por último, os padrões para credenciamento de certificadores independentes. O desenvolvimento destes três tipos de padrões é realizado em três fases: iniciação, desenvolvimento e implementação. A iniciação onde são solicitados os padrões e a criação de comissões, equipas ou grupos. O desenvolvimento que ocorre por consulta pública, redação, testes e resolução. Por fim, a implementação que se refere à publicação, análise e revisão.

A implementação do certificado *FSC* está acessível a empresas privadas, ONG, organizações sem fins lucrativos, instituições académicas e de pesquisa e até mesmo a particulares que desejam contribuir para a proteção das florestas (FSC, 2022b). Este processo pode incorrer em custos elevados relacionados com a sua monitorização (Lemes et al., 2021). A certificação é validada por organizações independentes credenciadas que justificam por escrito que os requisitos exigidos estão a ser cumpridos, isto é, a certificação passa por um processo de avaliação e uma auditoria de concessão, que é realizada por entidades certificadoras (Pattberg, 2005). As empresas certificadas *FSC* são recompensadas com maior vantagem competitiva através dos seus rótulos ecológicos valorizados pelos consumidores, tanto empresas como clientes finais (Nikolakis & Wood, 2022). Se os padrões estabelecidos forem cumpridos, tanto empresas, proprietários de florestas como produtores recebem o certificado e o respetivos rótulo e logótipo do *FSC* (Jeronen, 2022). Se não houver o cumprimento dos requisitos há a marcação de "não-conformidades". Se as "não conformidades" forem pouco significativas, é emitido o

certificado, mas com a definição de medidas e prazos para ultrapassar as falhas. No caso de as “não-conformidades” serem significativas o certificado não será emitido enquanto as mesmas não forem corrigidas. Qualquer consumidor que se preocupe com questões sociais e ambientais dará preferência a produtos rotulados com certificação *FSC*, mesmo tendo um preço mais elevado. Os Certificados *FSC* de Gestão Florestal são válidos por cinco anos e sujeitos a verificações anuais (FSC, 2022a).

A forma mais fácil de os consumidores verem que o produto é certificado pelo *FSC* é através do seu selo de certificação (FSC, 2022b). O recebimento de um selo de certificação num produto demonstra aos consumidores que este é originário de uma floresta vigiada e que foi produzido com práticas sustentáveis, de acordo com padrões pré-determinados (Kumar et al., 221). Cada selo é validado pelo certificador em como se cumprem os padrões florestais e que apoiam quatro aspetos relevantes. Primeiro, o desmatamento zero que define que as árvores foram colhidas de forma responsável e que as florestas com valores insubstituíveis são identificadas e conservadas revertendo o desmatamento para combater mudanças climáticas. Segundo, o salário e ambiente de trabalho são justos e todos os trabalhadores recebem formação adequada e com protocolos de segurança. Terceiro, a preservação da biodiversidade está garantida, nomeadamente, de espécies vegetais e animais protegidos. Por fim, os direitos da comunidade, ou seja, as comunidades locais que vivem ao redor ou nas áreas florestais são consultadas e os direitos legais e culturais à terra e aos recursos florestais são respeitados.

O selo *FSC* é dividido em três grupos distintos (FSC, 2022b). O primeiro grupo é o *FSC* 100% que demonstra que todos os materiais utilizados provêm de florestas certificadas e geridas de forma responsável e os seus produtos contribuem diretamente para a missão de garantir florestas prósperas para todos. O segundo grupo é o *FSC* Reciclado em que o produto é feito de materiais 100% reciclados aproveitando ao máximo os preciosos recursos florestais e reduzindo a necessidade de corte de mais árvores. Por fim, o último grupo é o *Mix FSC* que certifica que o produto é feito com uma mistura de materiais de florestas certificadas, materiais reciclados e/ou madeira controlada. Se a madeira é controlada, isso significa que a sua comercialização é legal e originária de florestas controladas que cumprem os padrões *FSC*, de tal modo que dão origem a produtos com o respetivo rótulo (FSC, 2022a).

Os materiais com controlo *FSC* podem ser verificados tanto pela indústria, de acordo com a Norma de Madeira Controlada FSC-STD-40-005 V3-1, como pela Certificação de Madeira Controlada por Organizações de Gestão Florestal, de acordo com a norma FSC-STD-30-010 (FSC, 2022a). Há cinco categorias de madeira que não são aceitáveis, isto é, que não podem ser misturadas com os produtos certificados pelo selo *FSC*. Essas cinco categorias são: (1) madeira explorada ilegalmente, (2) madeira explorada em violação de direitos civis e tradicionais, (3) madeira proveniente de florestas nas quais os altos valores de conservação são ameaçados pelas atividades de gestão, (4) madeira com origem em florestas em processo de conversão para plantações ou para usos não florestal e (5) a categoria de madeira proveniente de florestas nas quais são plantadas árvores geneticamente modificadas.

1.3.2. Estratégias e Princípios do FSC

O certificado FSC resume-se em três estratégias e 12 metas que visam aumentar o alcance desta certificação até 2026, com o desejo de atingir 300 milhões de hectares de área certificada nesse ano (FSC, 2022a; Jeronen, 2022):

- **Estratégia 1: Cocriar e Implementar Soluções Florestais**
 - i. Envolver colaboradores e restantes *stakeholders* para impulsionar a mudança como uma comunidade para gerar soluções;
 - ii. Simplificar políticas e padrões em direção a resultados;
 - iii. Melhorar a verificação e integridade;
 - iv. Ampliar o alcance do certificado FSC e a sua relevância no combate às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade.
- **Estratégia 2: Transformar Mercados**
 - i. Avançar com os padrões FSC nas cadeias de valor com maior potencial para contribuir para a visão 2050;
 - ii. Acelerar a aceitação do mercado de produtos certificados pelo FSC e serviços ecossistémicos;
 - iii. Divulgar relatórios financeiros para demonstrar resultados positivos;
 - iv. Aumentar os benefícios para todos os *stakeholders*.
- **Estratégia 3: Catalisar Mudanças**
 - i. Cumprir com a missão da empresa por meio de alianças e parcerias mais fortes;
 - ii. Aumentar a relevância do certificado FSC para os governos;
 - iii. Incentivar investimentos para o manuseamento florestal sustentável;
 - iv. Acelerar a conscientização sobre o valor das florestas.

Os dez princípios que envolvem a certificação FSC são os seguintes (FSC, 2022a):

- **Princípio 1: Cumprimento da legislação** – Respeitar todas as leis nacionais do país em que ocorre e todos os acordos internacionais dos quais o país é signatário;
- **Princípio 2: Proteção dos trabalhadores e das condições de trabalho** – Os direitos de uso da terra e dos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos;
- **Princípio 3: Reconhecimento e proteção dos direitos dos povos indígenas** – Os direitos legais e consuetudinários dos povos indígenas de posse, uso e administração das terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados;
- **Princípio 4: Relações com as comunidades** – Salvaguardar o bem-estar social e económico das comunidades locais e os direitos dos trabalhadores;
- **Princípio 5: Benefícios da floresta** – Uso eficiente dos produtos e serviços florestais de modo a garantir a viabilidade económica e uma ampla gama de benefícios ambientais e sociais;

- **Princípio 6: Valores e impactos ambientais: conservação dos serviços dos ecossistemas** – Conservar a diversidade biológica e seus valores associados, como recursos hídricos, solos, ecossistemas e paisagens únicas e frágeis e manter as funções ecológicas e a integridade da floresta;
- **Princípio 7: Planeamento da gestão florestal** – Um plano de manuseamento ou gestão – apropriado à escala e intensidade das operações – deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de gestão de longo prazo e os meios para alcançá-los devem ser claramente especificados;
- **Princípio 8: Monitorização e avaliação da floresta e da gestão florestal** – O monitoramento deve ser conduzido – apropriado à escala e intensidade do manuseamento florestal – para avaliar a condição da floresta, rendimentos de produtos florestais, cadeia de valor, atividades de gestão e seus impactos sociais e ambientais;
- **Princípio 9: Proteção dos altos valores de conservação** – As atividades de manuseamento em florestas de alto valor de conservação devem manter ou aprimorar os atributos que as definem. As decisões relativas a florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem de precaução;
- **Princípio 10: Implementação das atividades de gestão** – As plantações devem ser planeadas e manuseadas de acordo com os princípios e critérios referidos. Embora as plantações possam fornecer uma série de benefícios sociais e económicos e possam contribuir para satisfazer as necessidades mundiais de produtos florestais, tais plantações também devem complementar o manuseamento, reduzir as pressões e promover a restauração e conservação das florestas naturais.

O FSC apoia os seguintes ODS (FSC, 2022a):

- **Objetivo 1: Erradicar a pobreza** – combater a pobreza com melhores salários, melhores condições de trabalho e maior rendimento;
- **Objetivo 2: Erradicar a fome** – assegurar que a floresta fornece alimentos essenciais;
- **Objetivo 3: Saúde de qualidade** – assegurar a implementação de boas práticas de saúde e segurança para os trabalhadores e respetivas famílias;
- **Objetivo 4: Educação de qualidade** – ajudar a promover a educação de crianças desfavorecidas nas comunidades locais;
- **Objetivo 5: Igualdade de género** – assegurar a igualdade de género, de direitos e de oportunidades em empresas certificadas;
- **Objetivo 6: Água potável e saneamento** – proteger a qualidade da água através da implementação de boas práticas de gestão no terreno;
- **Objetivo 7: Energias renováveis e acessíveis** – assegurar energias renováveis como a biomassa, com base em madeira de origem responsável e não permitir organismos geneticamente modificados (OGM);

- **Objetivo 8: Trabalho digno e crescimento económico** – assegurar os direitos dos trabalhadores e que os produtos florestais são explorados de forma sustentável, nomeadamente no planeamento e monitorização;
- **Objetivo 12: Consumo e produção responsáveis** – é uma ferramenta para promover o consumo e produção sustentáveis, dando a garantia de que os produtos com certificação *FSC* provêm de florestas bem geridas;
- **Objetivo 13: Ação climática** – ajudar a combater as alterações climáticas através da absorção de carbono pelas árvores;
- **Objetivo 14: Proteger a vida marinha** – proteger rios, ribeiros e as espécies que neles vivem, restringindo o uso de pesticidas;
- **Objetivo 15: Proteger a vida terrestre** – assegurar a vida na terra através da conservação dos animais raros e ameaçados, dos seus habitats e do combate a espécies invasoras;
- **Objetivo 16: Paz, justiça e instruções eficazes** – aplicar todas as leis nacionais e internacionais relacionadas com a floresta;
- **Objetivo 17: Parcerias para a implementação dos objetivos** – é uma plataforma global de parcerias, onde todas as pessoas e organizações são ouvidas.

1.4. Sistemas de Controlo de Gestão

A contabilidade de gestão, enquanto ramo da contabilidade, tem foco em técnicas de apoio à gestão, nomeadamente em análises de desempenho, custos e rendimentos, incluindo detalhes de gestão ambiental e qualidade (Farida et al., 2022). A contabilidade e o controlo de gestão têm a responsabilidade de avaliar, analisar e reportar todos os custos (internos e externos), com a necessidade de desenvolver sistemas que monitorizem o desempenho das organizações (Bebbington & Larrinaga, 2014). Dadas as constantes mudanças nos mercados, a pressão pela melhoria contínua, pela inovação e por aspetos sociais e ambientais, as empresas tem adotado estratégias mais eficazes de modo a conseguirem dar resposta e se adaptarem aos diversos ambientes de negócio (Felício et al., 2021; Gonçalves & Gaio, 2021; Laguecir et al., 2020). As mudanças estão relacionadas com o crescimento económico, a expansão dos mercados de capitais, o surgimento de novas tecnologias, a globalização e a concorrência (Monteiro et al., 2022).

Os SCG são uma ferramenta essencial para as empresas melhorarem o seu desempenho e elaborarem relatórios onde divulgam informações financeiras e não financeiras úteis para a tomada de decisão dos gestores (Hauwaert et al., 2022; Laguir et al., 2022; Mouloudi & Ikhlef, 2022; Mustapha & Wahid, 2021). Estes sistemas abarcam um conjunto de rotinas e procedimentos que têm a função de gerir, controlar e planear as atividades operacionais, assegurando que os colaboradores utilizam os recursos existentes de forma eficiente e eficaz (Corsi & Arru, 2020; Gerdin, 2020; Gonçalves & Gaio, 2021; Mannes et al., 2022; Monteiro et al.,

2022). Os SCG fazem parte da contabilidade de gestão que alinha os objetivos estratégicos da empresa com os interesses dos diferentes *stakeholders*, internos ou externos, com os quais a empresa interage e considera parte do seu processo de desenvolvimento (Adib & Zhang, 2019; Felício et al., 2021; Monteiro et al., 2022).

Os SCG também permitem sustentar soluções para determinados problemas com foco tanto nas perspectivas de gestores e restantes *stakeholders* e em melhores resultados como na tomada de decisão, promovendo a obtenção de vantagens competitivas e a melhoria contínua do desempenho (Gomez-Conde et al., 2022; Laguir et al., 2022; Moon et al., 2012; Nani & Safitri, 2021; Rehman et al., 2020; Rosini et al., 2020; Traxler et al., 2020). As principais funções dos SCG são a identificação de insuficiências nos processos de produção, apontando vantagens e desvantagens dos processos e a revisão e avaliação dos resultados que permitem o controlo após o planeamento (Mannes et al., 2022).

A recolha de informação, seja financeira ou não financeira, é essencial para as empresas criarem relatórios e os divulgarem interna e externamente (Gomez-Conde et al., 2022). A divulgação da informação passa uma imagem de transparência perante os *stakeholders* e, conseqüentemente, auxilia na tomada de decisão por parte dos gestores (Hauwaert et al., 2022; Monteiro et al., 2022). A informação obtida é influenciada por quatro dimensões (Gomez-Conde et al., 2022). A primeira dimensão é a tempestividade que se refere à frequência do relato dos dados com oportunidade. A segunda dimensão é a agregação ligada à capacidade de compreensão e agregação dos dados. Segue-se a integração que se refere à coordenação entre as diferentes áreas operacionais para a integração dos dados recolhidos. Por fim, a dimensão do alcance ou capacidade para cumprir objetivos.

Os SCG são essenciais no processo de planeamento, coordenação e avaliação das atividades operacionais, pelo que devem ser claros, objetivos e mensuráveis, de modo a reunirem informações acerca de aspetos não apenas económicos, mas também sociais e ambientais (Farida et al., 2022; Mouloudi & Ikhlef, 2022; Nani & Safitri, 2021; Qiu et al., 2022). Estes sistemas têm por base não só os controlos sobre o planeamento operacional ou estratégico (metas de curto ou longo prazo), mas também sobre a parte financeira, a gestão e a cultura empresarial (Crama & Corbey, 2022). A contabilidade financeira no sentido de contribuir para os resultados financeiros. A gestão no sentido de apoiar a tomada de decisão. Por fim, a cultura empresarial porque representa valores e crenças de todos os colaboradores. O enriquecimento destes sistemas começa no desenvolvimento da estratégia organizacional e no planeamento estratégico de longo prazo. Uma empresa com uma estrutura descentralizada e SCG flexíveis gera mais vantagens competitivas, facilitando a entrada em mercados globais.

A implementação de SCG é um processo dinâmico, longo e contínuo (Mouritsen et al., 2022). Para uma boa implementação destes sistemas, as empresas adotam ou alteram as suas estratégias de forma a garantir que as atividades operacionais funcionam em prol das suas metas e objetivos (Biswas & Akroyd, 2022). É indispensável que as empresas tenham as suas metas e objetivos bem definidos, uma vez que os objetivos estratégicos das empresas não são fixos,

podendo ajustar-se em função de eventuais dificuldades ou alterações que possam ocorrer (Crama & Corbey, 2022; Felício et al., 2021; Monteiro et al., 2022).

As empresas focam os seus objetivos em dois tipos de estratégias mais comuns: a liderança de custos e a diferenciação (Blocher et al., 2021; Pavlatos, 2021). A estratégia de liderança de custos centra-se em oferecer o produto ou serviço ao menor custo possível e enfatiza a eficiência operacional, com SCG baseados no controlo e monitoramento de custos. A estratégia de diferenciação centra-se no desenvolvimento de novos produtos, inovadores e exclusivos, que vão de encontro às expectativas de um nicho de mercado de clientes. Quando bem implementados, os SCG contribuem para melhorar o desempenho da empresa e para a criação de vantagem competitiva de modo a facilitar a entrada em mercados globais (Frostenson et al., 2022; Gerdin, 2020; Gomez-Conde et al., 2022; Sutton et al., 202).

Não existe um SCG universal dado que cada sistema é orientado para uma finalidade definida, um objetivo ou uma meta específicos, seguindo ferramentas e procedimentos adequados (Hadid et al., 2021; Qiu et al., 2022). Estes sistemas diferem entre empresas dado que cada uma tem os seus próprios objetivos e os *stakeholders* têm as suas próprias preferências (Adib & Zhang, 2019). Os *stakeholders* ajudam as empresas a entender as maiores vantagens e desvantagens dos mercados globais, auxiliando as empresas no planeamento dos seus objetivos estratégicos. Os SCG implementados devem complementar-se, para que todas as áreas da empresa trabalhem para um objetivo comum, pois, caso contrário, podem entrar em competição entre si e gerar conflito de interesses (Mouritsen et al., 2022).

Em mercados globalmente competitivos, as empresas implementam SCG baseados em crenças, limitações e diagnósticos com o intuito de melhorarem a inovação e o desempenho organizacional (Crama & Corbey, 2022; Nani & Safitri, 2021). A atuação em conjunto de todos estes controlos aumenta a capacidade produtiva da empresa, beneficiando a estratégia empresarial (Mouloudi & Ikhlef, 2022; Rosini et al., 2020). Os sistemas dizem-se positivos quando servem para motivar, recompensar e gerar aprendizagem e informação, mas quando o seu uso serve para coagir e corrigir, estes dizem-se em sentido negativo (Laguir et al., 2022). Outra classificação comum dos SCG relaciona-se com o tipo de controlos: controlos de entrada, controlos de comportamento e controlos de saída (Guo et al., 2019; Mustapha & Wahid, 2021). Os controlos de entrada referem-se à capacidade criativa e inovadora nos produtos e processos, e à verificação da utilização eficaz e eficiente dos recursos existentes. Os controlos de comportamento envolvem a implementação dos procedimentos organizacionais estratégicos. Por fim, os controlos de saída relacionam-se com a avaliação dos resultados obtidos pelas diversas áreas de atividade, medidas em termos de desempenho.

Inicialmente, os SCG eram focados na determinação de custos de produção (Gonçalves & Gaio, 2021). Numa segunda fase, estes sistemas foram considerados parte da atividade operacional. Numa terceira fase, devido ao aumento da concorrência e ao rápido desenvolvimento tecnológico, os SCG passaram a focar-se na redução do desperdício de recursos e no uso eficiente dos mesmos. Por fim, de modo a alinhar a gestão de custos e rendimentos com a

estratégia da empresa, a implementação de diferentes SCG assumiu uma dimensão de longo prazo para avaliar o cumprimento de objetivos estratégicos, incluindo objetivos de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

1.5. Sistemas de controlo de gestão para a sustentabilidade

Os SCG para a sustentabilidade são ferramentas de controlo de gestão que interligam a estratégia e a atividade operacional, com um determinado objetivo estratégico de longo prazo, promovendo o uso de práticas e procedimentos sustentáveis para melhorar o desempenho da empresa (Beusch et al., 2022). Estes sistemas integram questões estratégicas de sustentabilidade na tomada de decisão, de modo a construir informação que torne as empresas proativas e transparentes na gestão dos seus processos e obter melhores resultados (Corsi & Arru, 2020; Rehman et al., 2020). Os principais impulsionadores para que as empresas implementem SCG voltados para a sustentabilidade são as oportunidades da inovação de produtos e serviços e a flexibilidade dos preços dos fornecedores (Laguir et al., 2022; Moon et al., 2012). As práticas sustentáveis envolvem custos que, muitas vezes, não são suportáveis prejudicando os desejáveis níveis financeiros e de sustentabilidade (Chen & Li, 2021).

A inclusão de informação sobre sustentabilidade nos SCG pode ser um processo complicado, nomeadamente quando for difícil medir os impactos e objetivos económicos, sociais e ambientais devido a eventuais conflitos de interesses (Beusch et al., 2022). Porém, paralelamente, a implementação correta destes sistemas pode permitir gerar informação com eventual influência no desenvolvimento dos seus produtos e serviços, assim como na competitividade das empresas, no envolvimento dos colaboradores e na melhoria dos resultados (Kerr et al., 2015; Laguir et al., 2022). Uma implementação de SCG bem-sucedida pode necessitar de renovação e mudanças estratégicas envolvendo aprendizagem e mudança organizacional. Tal renovação pode ser efetuada através de novos SCG ou através da adaptação dos sistemas já existentes.

Maioritariamente, as empresas adaptam os seus SCG pela interligação dos sistemas financeiros com os sistemas sobre sustentabilidade, seja pelo diálogo entre gestores ou responsáveis por diferentes secções, seja pelo diagnóstico de relatórios (Moon et al., 2012). Quando alguma PME apresenta falta de recursos financeiros para integrar a sustentabilidade nos SCG em uso, essa PME tende a focar-se na implementação de sistemas que maximizem a sustentabilidade no curto prazo, em vez de investir em sistemas que gerem benefícios e rendimentos a longo prazo. Uma implementação bem-sucedida de SCG, que incluam a sustentabilidade, pode proporcionar informação que sustente excelentes decisões que conduzam a um melhor desempenho organizacional ou a mais vantagens competitivas (Asiaei et al., 2022).

O desenvolvimento sustentável também depende da capacidade financeira para implementar SCG adequados e capazes de reunir e tratar este tipo de informação. Por isso, essa implementação pode beneficiar de apoios financeiros, nomeadamente do poder governamental tanto a curto como a médio e longo prazo, no sentido de equilibrar e apoiar o desenvolvimento

económico, social e ambiental (Chen & Li, 2021; Mirghaderi & Mohit-Ghiri, 2019). Tais incentivos podem ser subsídios de ajuda a práticas sustentáveis ou a criação de condições de melhor acesso a mercados financeiros. As condições para um desenvolvimento sustentável podem ser criadas através de regulação ambiental, incentivos económicos, construção de infraestrutura ou a coordenação de distintas atividades industriais.

Os SCG podem ser divididos em duas perspetivas: interna e externa (Corsi & Arru, 2020). A perspetiva interna enfatiza a melhoria do desempenho da empresa, sendo impulsionada pela estratégia e o compromisso. A perspetiva externa foca-se na divulgação de um relatório de sustentabilidade, através da recolha de dados e informações que cumpram com os padrões de sustentabilidade pré-determinados. *Full Cost Accounting for sustainability* é uma linha de investigação sobre sustentabilidade, podendo abordar quatro vertentes distintas (Bebbington & Larrinaga, 2014). A primeira sobre a participação dos *stakeholders* (no acesso a recursos/incentivos/subsídios públicos). A segunda relativa à conceção de métodos para comunicar acerca dos processos ecológicos e sociais. A terceira sobre o desenvolvimento de métodos de avaliação (medidas) financeira e não financeira. Por fim, a quarta vertente sobre a aplicabilidade e uso de diferentes métodos.

Os SCG são cruciais numa empresa por fornecerem informações que auxiliam os gestores no controlo das suas atividades e na redução de incertezas, de forma a atingirem os seus objetivos (Farida et al., 2022; Mouritsen et al., 2022; Pavlatos, 2021). Quando as informações geradas são precisas, relevantes e oportunas, com decisões práticas, consequentes e orientados para os resultados, tanto a nível económico, social como ambiental, diz-se que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável (Erp et al., 2019; Hadid et al., 2021). Independentemente das robustas potencialidades dos SCG, integrando ou não a sustentabilidade na informação financeira e não financeira, o sucesso da tomada de decisão está sempre relacionado com a capacidade dos gestores para definir as melhores estratégias de negócio, assumindo sempre riscos (Guo et al., 2019; Monteiro et al., 2022). A integração dos ODS nos SCG é uma ferramenta útil para a avaliação do desempenho sustentável se servir de base para excelentes decisões de gestores e *stakeholders* (Costa et al., 2021).

Com a integração da informação sobre sustentabilidade e responsabilidade social na informação financeira, as empresas estão a optar por princípios de desenvolvimento sustentável (Mustapha & Wahid, 2021). A boa implementação de práticas suportadas em SCG para a sustentabilidade pode contribuir para o desenvolvimento da empresa e para a maximização do seu lucro, através da gestão coordenada dos aspetos económicos, sociais e ambientais (Mouloudi & Ikhlef, 2022). Quanto mais ágeis e robustos forem os SCG mais facilitada estará a tomada de decisão por parte dos *stakeholders* (Aggestam et al., 2020; Gottlieb et al., 2021; Traxler et al., 2020).

A relação entre os gestores e os diferentes responsáveis das diferentes áreas é fundamental para que se possa dar resposta às expectativas dos envolvidos e para o desenvolvimento da empresa (Gonçalves & Gaio, 2021; Guo et al., 2019; Hadid et al., 2021; Mouritsen et al., 2022; Pattberg, 2005). Se todas as áreas trabalharem em cooperação na definição das melhores

estratégias para um objetivo comum, será mais fácil a implementação dos SCG e a obtenção de resultados mais rápidos e mais significativos (Biswas & Akroyd, 2022; Mustapha & Wahid, 2021). Os gestores, ou os responsáveis pela tomada de decisão, precisam de ter capacidade para compreender a complexidade do ambiente de negócios (incluindo a sustentabilidade), por um lado, e a informação gerada pelos SCG mais inovadores, por outro (Hadid et al., 2021). É fundamental que a informação transmitida pelas empresas seja credível, relevante, completa e transparente (Monteiro et al., 2022; Segurado, 2022; Corsi & Arru, 2020).

O nível de competitividade de uma empresa é cada vez mais importante para os *stakeholders*, pois é uma das formas de gerar rendimentos e de facilitar a entrada em mercados globais (Aggestam et al., 2020). Os *stakeholders* externos à empresa mostram cada vez mais interesse pela informação não financeira que pode ser gerada pelos SCG, nomeadamente aquela que se relaciona com questões de sustentabilidade (Monteiro et al., 2022). Os interesses dos *stakeholders*, corporizados na visão, missão e valores das empresas, transparecem as expectativas que a sociedade tem acerca de um desenvolvimento sustentável (Chakraborty et al., 2019). Perceber os interesses dos *stakeholders* é um processo participativo e construtivo que auxilia na definição de metas e objetivos estratégicos, aumentando até a qualidade da tomada de decisão a nível ambiental e social (Pavlatos, 2021). Tanto os SCG como as expectativas dos *stakeholders* são fatores chave para o sucesso das empresas (Corsi & Arru, 2020; Gottlieb et al., 2021). Uma economia sustentável constrói-se com base na confiança que as empresas transmitem para os *stakeholders* (Backes & Traverso, 2022; Frostenson et al., 2022).

As empresas enfrentam várias barreiras na implementação dos SCG que podem ser classificadas em cognitivas, organizacionais e técnicas (Moon et al., 2012). As barreiras cognitivas podem incluir divergências entre estratégias de diferentes áreas operacionais e entendimentos diferentes dos respetivos objetivos e atividades. As barreiras organizacionais podem abarcar o sub-investimento nos SCG para recolha e tratamento dos dados sobre sustentabilidade e estruturas organizacionais insuficientes para a colaboração dos funcionários e das unidades de negócios. Por fim, as barreiras técnicas podem incluir dificuldades para desenvolver indicadores (medidas) comparáveis, nomeadamente para medir impactos sociais e ambientais, assim como outras dificuldades associadas à indisponibilidade de tecnologia de informação apropriada para integrar a informação de sustentabilidade com a informação financeira.

2. Metodologia de Investigação

Conforme com a pergunta de investigação, “como e porquê integrar a certificação FSC nos SCG para a sustentabilidade das empresas de comércio de madeira?”, o objetivo deste estudo é compreender como e porquê as empresas de comércio de madeira integram a certificação FSC nos SCG para a sustentabilidade. Considera-se muito apropriado um enquadramento teórico no âmbito da certificação FSC e dos SCG para a sustentabilidade. O método de investigação

selecionado foi o estudo de múltiplos casos por se considerar adequado para responder a questões do tipo como e porquê, típicas em investigação qualitativa (Yin, 2017). Os dados serão recolhidos em páginas web e documentos das empresas, sendo analisados, tratados e interpretados de forma qualitativa.

O método de estudo de caso visa compreender fenómenos de um contexto real, seja um evento, indivíduos, empresas ou até mesmo um contexto político (Elstub & Pomatto, 2022). Para um bom estudo de caso, é necessário que o contexto e os propósitos do mesmo sejam bem definidos. Este método é constituído por diferentes ramos de pesquisa (Mairescu-Murphy, 2020), podendo ser realizado pela inexistência de teoria, onde se usa mais que um caso e se comparam os dados recolhidos. Outra vertente procura identificar lacunas, anomalias ou contradições existentes na teoria, através de um ou mais casos, respondendo a questões de como e porquê relativamente a um fenómeno contemporâneo específico de modo a obter as respetivas respostas. Este método pode ser usado em pesquisa qualitativa e quantitativa, sendo a pesquisa qualitativa a mais relevante para este método de investigação, uma vez que responde a questões do tipo como e porquê (Yin, 2017).

Este estudo aborda quatro casos, tendo sido selecionadas empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados. Os dados necessários para estudar a integração da certificação *FSC* nos SCG foram recolhidos através de análise de conteúdo (sites/documentos/relatórios divulgados pela empresa). O tratamento da evidência de dados foi feito através da análise das informações recolhidas, dado tratar-se de uma metodologia qualitativa.

Foram analisadas quatro empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados, que possuem diversas certificações, nomeadamente a certificação *FSC*. Pelo site das empresas foi possível conhecer a história das mesmas, a missão, visão e valores. Esses sites continham ainda informação acerca dos produtos comercializados. As empresas divulgam, também, nos seus sites, a sua preocupação com a sustentabilidade, referindo uma secção sobre as certificações que possuem. Três destas empresas elaboram relatórios anuais, acerca dos seus modelos de gestão, dos resultados operacionais e da sustentabilidade. Para a elaboração deste trabalho, foram analisados os relatórios relativos ao ano de 2021, uma vez que os de 2022 ainda não estavam disponíveis, e também informação contida nos respetivos sites, retirada durante os meses de fevereiro e março de 2023, de modo a complementar a informação dos relatórios.

3. Certificação *Forest Stewardship Council* nos Sistemas de Controlo de Gestão para a Sustentabilidade: Estudo de múltiplos casos em empresas de comércio de madeira

O presente estudo de múltiplos casos inicia-se com uma contextualização do setor do comércio de madeira e uma apresentação das empresas em estudo. De seguida, é feita uma abordagem

à certificação nas empresas, nomeadamente a certificação *FSC* nos SCG juntamente com o tema da sustentabilidade, dando destaque aos ODS e aos princípios e estratégias *FSC*.

3.1. Contextualização do setor do comércio de madeira

A madeira é um material produzido a partir do tecido formado pelas árvores, orgânico, sólido, com uma composição complexa, resistente e relativamente leve (Paiva, 2012). Este material foi um dos primeiros a ser utilizado pelo homem. Há cerca de 395 a 400 milhões de anos que as árvores desenvolvem a sua estrutura lenhosa, caracterizadas pela presença de troncos de grandes dimensões, que crescem em média cerca de 12 cm por ano, tornando a formação da madeira um processo lento e que, em geral, dura dezenas de anos (*Canadian Broadcasting Corporation – CBC*, 2011). Alguns aspetos que ajudam as árvores no seu crescimento são a quantidade de folhas que sustentam e o local onde nasce a sua raiz, locais arejados, luminosos e livres de ensombramentos (Paiva, 2012). As árvores que crescem dentro de florestas devem competir por luz e nutrientes, uma vez que estas são um local de grande concorrência. Tendo em conta os diferentes tipos de árvores, nomeadamente cor, teor de água e grau de densidade, o nível de crescimento entre as árvores é diferente, sendo em umas mais longo do que em outras, o que altera a qualidade e o valor comercial.

A madeira é utilizada em diversas áreas, nomeadamente na indústria papelreira, indústria química, indústria de marcenaria para fabricação de móveis, arquitetura, engenharia civil e para fins estruturais e de sustentação de construções (Paiva, 2012). Além disso, é utilizada para a geração de energia e calor, como, por exemplo, o carvão e a lenha (CBC, 2011). Os principais tipos de madeira comercializados para uso na indústria da construção, conforme *Mass Timber Construction (MTC)*, são os seguintes: (1) madeira laminada cruzada (*cross laminated timber – CLT*), (2) madeira laminada colada (*glued laminated timber – GLT*), (3) madeira laminada pregada (*nail laminated timber – NLT*), (4) madeira laminada encaixada com cavilhas (*dowel laminated timber – DLT*) e (5) madeira compósita estrutural (*structural composite lumber – SCL*) (Abed et al., 2022).

A principal vantagem do uso da madeira é o seu desempenho ambiental, pois reduz significativamente a emissão de gases e consequentemente a poluição, contribuindo para práticas mais sustentáveis, nomeadamente pela sua fonte de geração de energia, que é a principal causa do aumento das taxas de emissão de gases com efeito estufa (Abed et al., 2022). A madeira é um material renovável e de desperdício zero pelo facto de poder ser reutilizado após o término do seu ciclo de vida (Myllyviita et al., 2022). Verifica-se um aumento na procura pela utilização de madeira e seus derivados pelos grandes benefícios climáticos que gera no curto prazo e, consequentemente, no médio e longo prazo. Além disso, se a madeira for gerada com práticas de gestão florestal sustentável e de forma eficiente, torna-se uma alternativa mais sustentável (Lima et al., 2020).

As figuras seguintes apresentam dados retirados do Banco de Portugal (2023), acerca da dimensão e dos segmentos de atividade do setor do comércio da madeira.

Figura 1

Classes de dimensão de empresas do setor do comércio da madeira em 2021.

Dimensão de empresas	Número de Empresas	Volume de Negócios	Número de Pessoas ao Serviço
Microempresa	80,32%	10,10%	22,38%
Pequenas Empresas	16,56%	19,05%	35,01%
Médias Empresas	2,70%	23,11%	25,55%
Grandes Empresas	0,41%	47,75%	17,06%

Fonte: Adaptado do Banco de Portugal (2021).

Em 2021 havia 8.217 empresas deste setor em Portugal, centradas na sua maioria na zona norte (48,61%), seguida da zona centro (28,25%) e por fim a zona sul (11,47%) (Banco de Portugal, 2021). Dentro deste setor, o maior peso quanto ao número de empresas é no de microempresas (80,32%), sendo que o volume de negócios é maior nas grandes empresas (47,75%).

Figura 2

Segmentos de atividade das empresas do setor do comércio da madeira em 2021.

Segmento de atividade	Número de Empresas	Volume de Negócios	Número de Pessoas ao Serviço
Silvicultura	31,67%	7,82%	13,24%
Madeira e mobiliário	54,07%	32,43%	59,13%
Cortiça	9,04%	16,59%	10,88%
Papel	5,22%	43,16%	16,75%

Fonte: Adaptado do Banco de Portugal (2021).

Quanto ao segmento de atividade, verifica-se que o setor do comércio da madeira é essencialmente dividido em Silvicultura, madeira e mobiliário, cortiça e papel. Relativamente ao segmento que apresenta maior número de empresas é o da madeira e mobiliário (54,027%), no entanto o que apresenta maior volume de negócios é o segmento do papel (43,16%).

3.2. Caracterização das empresas

Para este estudo de caso foram aleatoriamente selecionadas quatro empresas, que, simultaneamente, operassem em Portugal, fossem do setor do comércio a retalho de madeira e integrassem a certificação *FSC*. Os nomes desta quatro empresas são (1) *Balbino e Faustino*, (2) *Corticeira Amorim*, (3) *Finsa* e (4) *Movecho*.

Segundo a Lista da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE), criada pelo Instituto Nacional de estatística (INE), o setor do comércio da madeira está incluído em diversas secções/divisões, nomeadamente a secção C – Indústrias transformadoras, F – Construção e G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos. Dentro da secção C, destacam-se as divisões 16 – Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria e 31 – Fabricação de mobiliário e de colchões. Na secção F, destaca-se a divisão 43 – Atividades especializadas de construção. Por fim, na secção G, destacam-se as divisões 46 – Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos e 47 – Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos (INE, 2017).

3.2.1. Balbino e Faustino

Empresa com sede social em Facho – Alcobaça e como atividade principal a CAE 46731 – Comércio por grosso de madeira em bruto e de produtos derivados. A empresa tem como atividade secundária a CAE 16213 – Fabricação de folheados, contraplacados, lamelados e outros painéis (Balbino & Faustino, 2021)

A conduta da empresa centra-se no empenho e conhecimento dos seus colaboradores, na tecnologia e na qualidade dos seus produtos. Os seus valores assentam na sustentabilidade, nas relações sólidas com todos os *stakeholders*, na segurança dos colaboradores e no investimento em melhoria de processos e equipamentos (Balbino & Faustino, 2022).

A empresa produz folha de madeira, painéis com e sem *fleece*, folheados, *sandwicch*, cortiça, orlas, melaminas e termolaminados, produtos decorativos, substratos, estruturais, pavimentos, complementos, madeiras maciças, compactos fenólicos, colas, acústicos, portas, painéis maciços, vigas lameladas e tampos pós formados (Balbino & Faustino, 2022).

3.2.2. Corticeira Amorim

Empresa com sede em Mozelos – Santa Maria da Feira que se dedica à transformação da cortiça, com a CAE 16295 – Fabricação de outros produtos de cortiça. A sua missão é a de acrescentar valor à cortiça, de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a Natureza. A empresa propõe-se a combinar a tecnologia e a inovação com um material

natural secular, promover um equilíbrio sustentável e gerar valor para todos os *stakeholders* e para o planeta (Corticeira Amorim, 2021). A empresa tem como visão “ser uma empresa sustentável, remunerando adequadamente o capital investido, na promoção da equidade social e da salvaguarda ambiental e com fatores de diferenciação ao nível do produto e do serviço” (Corticeira Amorim, 2022). Além disso, a empresa pretende ser empreendedora e ganhar responsabilidade, rigor, criatividade e inovação. Os seus valores são o “Orgulho, Ambição, Iniciativa, Sobriedade e Atitude” (Corticeira Amorim, 2021, pág.17).

Segundo Cristina Rios de Amorim, Administradora e *Chief Sustainability Officer* da Corticeira Amorim (2021, pág. 3), a empresa tem ainda por base quatro pilares de sustentabilidade: a transparência e a responsabilidade; as características ambientais do produto e do montado; o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar das pessoas; o investimento em investigação e desenvolvimento e o incremento do desempenho económico,

Além disso, ciente da necessidade de preservar os recursos naturais do planeta, a empresa tem uma abordagem que assenta em três pilares: equilíbrio social, inovação e empreendedorismo, cultura e saber (Corticeira Amorim, 2022). O equilíbrio social foca-se em gerar valor económico para as comunidades. A inovação e empreendedorismo estão no centro da estratégia e na melhoria de áreas como a diversificação de portefólio, a eficiência e qualidade de processos e a economia circular. A cultura e saber são planos de ações que põem à disposição da sociedade os materiais, nas suas mais diversas formas, o know-how e a experiência técnica da equipa.

3.2.3. Finsa

Empresa com sede social em Santiago de Compostela – Espanha, tendo uma sucursal em Nelas – Viseu, que se dedica à transformação industrial da madeira, concebendo e fabricando soluções decorativas e técnicas para diversos espaços, com a CAE 16212 – Fabricação de painéis de fibras de madeira (Finsa, 2022). A missão da empresa é a de trabalhar para responder às necessidades dos setores da construção, através da fabricação e processamento de produtos à base de madeira: painéis, superfícies decorativas, componentes de mobiliário, pavimentos, laminados e madeira maciça. Com base no desenvolvimento da inovação, design e circularidade, a madeira não perde as suas qualidades, mas melhora a sua eficiência.

Com uma visão consciente com a responsabilidade em utilizar a madeira como elemento base, a empresa incorpora algumas das suas virtudes, como a versatilidade, robustez e durabilidade (Finsa, 2022). O desempenho ambiental baseia-se no compromisso com a gestão ambiental e com o cumprimento dos requisitos legais ambientais. Os valores que a empresa segue são a circularidade, transparência, inovação e design.

A empresa tem foco nas necessidades dos clientes, no planeamento de ações específicas nos processos para responder à procura dos clientes e na elaboração de um quadro de referências para estabelecer e rever objetivos (Finsa, 2022). Também se foca na análise dos resultados obtidos com as modificações realizadas nos processos e realização das respetivas ações e na

formação de colaboradores de acordo com as ações decorrentes da melhoria dos processos, para que assumam a responsabilidade de realizar o seu trabalho com a qualidade exigida.

3.3.4. Movecho

Empresa com sede em Nelas – Viseu que se dedica à fabricação e comércio de mobiliário para diversas áreas, com a CAE 31010 – Fabricação de mobiliário para escritório e comércio. A empresa é especializada em projetos customizados para vários setores, como o retalho de luxo, hotéis, restaurantes e espaços institucionais (Movecho, 2022). A empresa oferece soluções integradas no desenvolvimento, produção e instalação de mobiliário e interiores feitos à medida. As instalações modernas da empresa e a equipa qualificada, distribuída por conceção e desenvolvimento, design, engenharia de produto, fabrico e instalação, assegura uma resposta eficiente a projetos de qualquer dimensão e complexidade com facilidade.

A Movecho investe consistentemente em Investigação e Desenvolvimento ao longo dos anos, sendo uma aposta que tem permitido à empresa manter-se competitiva e oferecer soluções inovadoras e de alta qualidade aos clientes (Movecho, 2022). A sua visão ambiental defende que a atividade produtiva não deve nem pode ser incompatível com o equilíbrio ambiental. Em 2008 foi construída uma ETAR própria no sentido de ser feito o tratamento de águas residuais.

3.3. Certificação *FSC* nos sistemas de Controlo de Gestão para a Sustentabilidade

O tema da sustentabilidade tem tido cada vez mais importância, tendo em conta o impacto que apresenta no desempenho dos negócios, seja por meio de regulamentação ou por impactar diretamente a saúde e o bem-estar dos *stakeholders* (Corticeira Amorim, 2021). As florestas que são geridas de forma sustentável representam sumidouros de dióxido de carbono, melhorando a eficiência das mesmas e incentivando o seu crescimento e a sua renovação (Finsa, 2022). Tem de haver um compromisso pela gestão florestal sustentável, aliado com a satisfação dos clientes e a conservação do meio ambiente (Balbino & Faustino, 2021). De modo a se tornarem sustentáveis, as empresas implementaram a certificação segundo os requisitos do *FSC*.

3.3.1. Objetivos das empresas alinhados com os ODS

Como foi visto na revisão de literatura, nomeadamente no ponto 1.1.3, os ODS visam reconhecer a erradicação da pobreza e de outras privações e acompanhar essas tendências de forma a melhorar a saúde e educação, a reduzir a desigualdade e a estimular o crescimento económico (BCSD, 2022). Estes objetivos são uma oportunidade de definição de novas estratégias para contribuir para o crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo. A Corticeira Amorim (2021) alinhou os objetivos da empresa com os ODS com um programa sustentável com ambição até

2030. Estes objetivos estão descritos nas tabelas seguintes de acordo com os objetivos económicos, sociais e ambientais.

A tabela 1 apresenta os objetivos económicos da empresa associados aos ODS.

Tabela 1

Objetivos económicos da empresa alinhados com os ODS.

ODS	Foco da empresa
Objetivo 8 – Trabalho digno e crescimento económico.	Ética e dignidade; Cadeia de valor; Economia circular; Segurança, saúde e bem-estar; Comunidade/sociedade; Inovação.
Objetivo 9 – Indústria, inovação e infraestruturas.	Inovação.
Objetivo 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos.	Ética e integridade; Cadeia de valor; Comunidade/sociedade.

Fonte: Adaptado do relatório de 2021 da empresa Corticeira Amorim.

Os objetivos económicos centram-se essencialmente em três dos ODS, com maior foco em seis características. Na ética e integridade dá-se importância à proteção dos direitos do trabalho, ao incentivo para uma gestão equilibrada, prudente e sustentável e à transparência e responsabilidade. Na cadeia de valor prevalece a produção e o consumo responsáveis e dá-se preferência a fornecedores que adotem boas práticas de sustentabilidade, promove-se a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos e ainda parcerias para o desenvolvimento sustentável. Na economia circular o objetivo é o da redução dos resíduos, prolongar a vida dos materiais e regeneração dos sistemas naturais, melhorar a eficiência dos recursos e alcançar a gestão sustentável. Na segurança, saúde e bem-estar promove-se um ambiente de trabalho seguro e protegido para todos os colaboradores e a redução do número de acidentes de trabalho, rejeitando-se o trabalho forçado e infantil. Na comunidade/sociedade sustenta-se o crescimento económico e reforça-se a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Na inovação, prevê-se o apoio de atividades produtivas, empreendedoras, criativas e inovadoras.

A tabela 2 apresenta os objetivos sociais da empresa associados aos ODS.

Tabela 2

Objetivos sociais da empresa alinhados com os ODS.

ODS	Foco da empresa
Objetivo 3 – Saúde de qualidade.	Segurança, saúde e bem-estar.
Objetivo 4 – Educação e qualidade.	Desenvolvimento.
Objetivo 5 – Igualdade de género.	Desenvolvimento.

Fonte: Adaptado do relatório de 2021 da empresa Corticeira Amorim.

Os objetivos sociais centram-se essencialmente em três dos ODS, com maior foco em duas características. Na segurança, saúde e bem-estar pretende-se facultar o acesso a serviços de saúde de qualidade a todos os colaboradores. No desenvolvimento, assegura-se a formação dos colaboradores, a igualdade de acesso a oportunidades e pretende-se acabar com a discriminação.

A tabela 3 apresenta os objetivos ambientais da empresa associados aos ODS.

Tabela 3

Objetivos ambientais da empresa alinhados com os ODS.

ODS	Foco da empresa
Objetivo 6 – Água potável e saneamento.	Alterações climáticas.
Objetivo 7 – Energias renováveis e elegíveis.	Alterações climáticas.
Objetivo 12 – Produção e consumo sustentáveis.	Montado; Economia circular.
Objetivo 13 – Ação climática.	Alterações climáticas; Produtos verdes.
Objetivo 15 – Proteger a vida terrestre.	Montado.

Fonte: Adaptado do relatório de 2021 da empresa Corticeira Amorim.

Os objetivos ambientais centram-se essencialmente em cinco dos ODS, com maior foco em cinco características. Nas alterações climáticas o objetivo é o de aumentar a utilização de energias renováveis, melhorar a eficiência energética e reduzir o impacto ambiental. No montado fortalecem-se esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural, promove-se a implementação da gestão sustentável das florestas e integram-se os valores dos ecossistemas e da biodiversidade. Na economia circular pretende-se reduzir a geração de resíduos, através da regra dos três R's: reduzir, reciclar e reutilizar, garantindo 100% de resíduos valorizados. Nos produtos verdes, reforça-se a resiliência e a capacidade de mitigação e adaptação a riscos relacionados com o clima, modernizam-se as infraestruturas e reabilitam-se as indústrias para torná-las sustentáveis e reduzir o impacto ambiental.

3.3.2. Objetivos das empresas alinhados com os princípios FSC

A Corticeira Amorim (2022) procura identificar e compreender o tema da sustentabilidade, mitigando o seu impacto e respondendo aos principais desafios dos mercados onde opera, contribuindo para a plena adesão da economia circular. A empresa, desta forma, contribui para o desenvolvimento das finanças sustentáveis, tendo preocupações constantes com a escolha, adoção e reforço de práticas de desenvolvimento sustentável. A Movecho (2022) pretende criar um futuro mais sustentável, pela proteção do ambiente e da comunidade (Movecho, 2022). A empresa define a sua atuação com a promoção do equilíbrio ambiental através da incorporação dos princípios da economia circular, com resultados promissores, redução de resíduos, maior eficiência de recursos, poupança de custos e oportunidades de negócio.

Na revisão de literatura foram mencionados os princípios e critérios que a certificação FSC integra (subponto 1.3.2). Com a informação recolhida das empresas em estudo foi feita uma análise acerca da atuação das empresas de acordo com esses princípios.

3.3.2.1. Objetivos relacionados com a sustentabilidade económica

As tabelas seguintes demonstram a atuação das empresas de acordo com a sustentabilidade económica.

A tabela 4 refere-se ao Princípio 1 – Cumprimento da legislação que menciona que se devem respeitar todas as leis nacionais e todos os acordos internacionais de que o país é signatário:

Tabela 4
Princípio 1: Cumprimento da legislação.

Como?	Porquê?
Promover ações de sensibilidade acerca de práticas de gestão florestal;	Atuar de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor;
Implementar práticas que garantam elevados padrões de ética na gestão e na responsabilidade ambiental e social;	Colaborar com as autoridades, sempre que necessário;
Promover ações de proteção contra atividades não autorizadas ou ilegais, de forma a identificar, denunciar, controlar e desencorajar as mesmas (como a caça, pesca, captura, entre outras).	Cumprir com os requisitos legais referentes a aspetos ambientais significativos e contribuir para a prevenção da poluição;
	Cumprir com as normas de ética e conduta estabelecidas na empresa;
	Evitar o comércio ilegal da madeira

Fonte: Informação retirada dos relatórios de 2021 das empresas Corticeira Amorim e Finsa.

As empresas que seguem o princípio 1 (cumprimento da legislação) são a Corticeira Amorim e a Finsa. A Corticeira Amorim implementou este princípio de modo a atuar de acordo com a legislação, a cumprir os requisitos legais referentes aos aspetos ambientais e a contribuir para a prevenção da poluição, colaborando, sempre que necessário, com as autoridades. De forma a dar cumprimento a este princípio, a empresa implementou práticas que seguem os padrões de ética na gestão e na responsabilidade ambiental e social.

A Finsa implementou este princípio com objetivos idênticos, como atuar de acordo com a legislação em vigor, cumprir com as normas de ética e conduta e evitar o comércio ilegal de madeira. Esta empresa atua com a realização de ações de sensibilização acerca de práticas de gestão florestal e de ações de proteção contra atividades não autorizadas ou ilegais, com o objetivo, no caso desta última, de identificar, denunciar, controlar e desencorajar este tipo de atividades. Para além disto, a empresa realiza também acordos de colaboração com o Centro de Investigações Florestais de Lourizán (Espanha), de modo a poder melhorar as suas atividades práticas.

A tabela 5 refere-se ao Princípio 7 – Planeamento da gestão florestal que menciona que os planos de planeamento e gestão devem ser devidamente escritos, implementados e atualizados, e que os seus objetivos de longo prazo e respetivos meios de aplicabilidade devem ser claramente especificados.

Tabela 5
Princípio 7: Planeamento da gestão florestal.

Como?	Porquê?
Utilizar o modelo <i>BalancedScorecard</i> para definir objetivos estratégicos;	Foco no aumento das vendas e na melhoria da movimentação de stocks;
Criar condições que promovam o aumento da eficácia dos processos, através de uma melhor afetação de recursos;	Foco na melhoria da comunicação com clientes e restantes <i>stakeholders</i> ;
Procurar novas soluções tecnológicas, inovadoras, sustentáveis e otimizadas, de modo a assegurar o mais alto nível de qualidade, fiabilidade e serviço ao cliente, em parceria com os <i>stakeholders</i> ;	Foco em manter trabalho contínuo e reforçar a formação de colaboradores;
Aplicar práticas sustentáveis no financiamento corporativo, como financiamento verde e <i>sustainability linked</i> ;	Uso de SCG como uma mais-valia para um melhor desempenho, rapidez, eficácia e interligação entre stocks, compras e vendas;
Procurar implementar as melhores práticas de gestão e monitorizar, de forma contínua, os seus processos, identificando oportunidades de melhoria.	Evitar impactos ambientais negativos através da gestão de riscos e oportunidades da atividade operacional;
	Assegurar a supervisão de todas as fases/etapas da atividade, de modo a garantir a maior qualidade;
	Integrar a sustentabilidade no processo de tomada de decisão.

Fonte: Informação retirada dos relatórios de 2021 das empresas Balbino e Faustino e Corticeira Amorim e do site da empresa Movecho.

As empresas que seguem o princípio 7 (planeamento da gestão florestal) são a Balbino e Faustino, Corticeira Amorim e Movecho. A Balbino e Faustino utiliza o modelo *BalancedScorecard* para definir os seus objetivos estratégicos. Na perspetiva financeira, foca-se no aumento das vendas e na melhoria da movimentação de *stocks*; na perspetiva do cliente foca-se na melhoria da comunicação com os *stakeholders*; na perspetiva dos processos internos, enfatiza o uso de SCG para melhorar o desempenho, a rapidez, a eficiência e a interligação entre *stocks*, compras e vendas; na perspetiva da aprendizagem e crescimento, foca-se em manter um trabalho contínuo e em reforçar a formação dos colaboradores.

A Corticeira Amorim segue este princípio com o propósito de integrar a sustentabilidade no seu processo de tomada de decisão e para evitar impactos ambientais negativos através da gestão de riscos e oportunidades da atividade operacional. De modo a cumprir com este princípio, a empresa aplicou práticas sustentáveis no financiamento corporativo, criou um ambiente de incentivo, assumindo o risco e o insucesso como uma componente do processo de inovação. Esta empresa também procurou novas tecnologias para implementar práticas sustentáveis e reforçou a notoriedade da marca com a evolução constante da oferta em resposta às novas tendências de mercado.

A Movecho pretende assegurar a supervisão de todas as fases/etapas da atividade, de modo a garantir a maior qualidade possível. O departamento de Investigação & Desenvolvimento da empresa procura novos e melhores processos, materiais e técnicas, através de soluções inovadoras, sustentáveis e otimizadas, para assegurar o fornecimento de alta qualidade e satisfazer as expectativas dos *stakeholders*.

A tabela 6 refere-se ao Princípio 10 – Implementação das atividades de gestão que menciona que se devem seguir os princípios e critérios de gestão florestal sustentável.

Tabela 6

Princípio 10: Implementação das atividades de gestão.

Como?	Porquê?
Realizar práticas de gestão florestal na gestão das explorações florestais e da madeira certificada;	Promover a utilização de matéria-prima proveniente de explorações florestais geridas de forma sustentável.
Promover a colaboração dos fornecedores que asseguram a distribuição da madeira certificada.	

Fonte: Informação retirada do relatório de 2021 da empresa Finsa.

Apenas a empresa Finsa segue o princípio 10 (implementação das atividades de gestão), com o objetivo de promover a utilização de materiais provenientes de explorações geridas de forma sustentável. Para isso, a empresa atua com práticas de gestão florestal sustentável e favorece a colaboração com fornecedores que distribuam materiais certificados.

3.3.2.2. Objetivos relacionados com a sustentabilidade social

As tabelas seguintes demonstram a atuação das empresas de acordo com a sustentabilidade social.

A tabela 7 refere-se ao Princípio 2 – Proteção dos trabalhadores e das condições de trabalho que menciona que se devem definir, documentar e legalmente estabelecer os direitos de uso da terra e dos recursos florestais.

Tabela 7

Princípio 2: Proteção dos trabalhadores e das condições de trabalho.

Como?	Porquê?
<p>Construir um quadro de respeito pelos valores fundamentais dos direitos humanos e do trabalho;</p> <p>Proporciona maior agilidade, proximidade e melhor acompanhamento, de modo a contribuir para a criação de valor e para a sustentabilidade;</p> <p>Não violar a privacidade ou perder dados dos clientes, fornecedores e demais <i>stakeholders</i>;</p> <p>Não recorrer a trabalho infantil, forçado ou por obrigação.</p>	<p>Foco nos conceitos de:</p> <p>Confidencialidade;</p> <p>Exaustividade; e</p> <p>Respeito e Dignidade.</p>

Fonte: Informação retirada do relatório de 2021 da empresa Corticeira Amorim.

A empresa que segue o princípio 2 (proteção dos trabalhadores e das condições de trabalho) é a Corticeira Amorim, que se foca em três conceitos fundamentais – confidencialidade, exaustividade e respeito e dignidade. A confidencialidade diz respeito a analisar todos os processos com a maior confidencialidade em todas as suas fases, seja nas informações transmitidas como na identidade do transmitente da informação; A exaustividade a analisar em detalhe e de forma completa as informações recebidas sobre potenciais violações do Código de Ética Empresarial e Conduta Profissional, ou mesmo de regulamentos, políticas ou princípios a ele associados para determinar a veracidade da situação relatada; Por fim, o respeito e dignidade dizem respeito a respeitar sempre os direitos fundamentais das pessoas envolvidas.

A tabela 8 refere-se ao Princípio 4 – Relações com as comunidades que menciona que se deve salvaguardar o bem-estar social e económico da comunidade e os direitos dos trabalhadores.

Tabela 8

Princípio 4: Relações com as comunidades.

Como?	Porquê?
<p>Ouvir os <i>stakeholders</i> e estar atento às novas tendências no mercado, de modo a ir de encontro às suas expectativas;</p> <p>Facilitar a comunicação, interna e externa, através de novos e melhores canais para troca de informação, de modo a permitir a total participação nas práticas florestais;</p> <p>Apostar em relações de confiança com os <i>stakeholders</i>, com um ambiente de igualdade e justiça;</p> <p>Avaliar a satisfação de colaboradores, anualmente, com base em critérios de performance;</p> <p>Promover uma cultura de inovação, através de um ambiente propício à criatividade, ao espírito crítico e à iniciativa dos seus colaboradores.</p>	<p>Dar importância ao <i>feedback</i> dados pelos <i>stakeholders</i>;</p> <p>Incentivar a participação dos <i>stakeholders</i> de forma proativa e transparente nos processos de planeamento e monitoramento da gestão de atividades;</p> <p>Contribuir para o progresso e desenvolvimento económico e bem-estar das comunidades.</p>

Fonte: Informação retirada dos relatórios de 2021 das empresas Balbino e Faustino, Corticeira Amorim e Finsa e do site da empresa Movecho.

As quatro empresas estudadas seguem o princípio 4 (relações com as comunidades). A Balbino e Faustino considera que o *feedback* dado pelos *stakeholders* é fundamental para melhorar a atividade operacional, nomeadamente para que os colaboradores se sintam motivados e para atingir a satisfação das expectativas de todos os *stakeholders*. A empresa tem um procedimento de avaliação da satisfação de colaboradores que passa pelos seguintes aspetos: 1) qualidade do trabalho, 2) oferta de promoções e salários justos e 3) bom ambiente entre colegas e boa relação com a chefia. Para além disto, a empresa pretende estimular PME e futuros empreendedores locais a obter resultados sustentáveis e impulsionar o empreendedorismo nacional.

A Corticeira Amorim e a Movecho também consideram o *feedback* dado pelos *stakeholders* fundamental para a gestão sustentável das atividades e para a melhoria do seu desempenho, apostando em um ambiente de igualdade e justiça, com as mesmas oportunidades de formação e desenvolvimento e com a criação de um local de trabalho justo e inclusivo. A Corticeira Amorim, neste sentido, implementa um programa de auditoria, anual, elaborado com base em critérios de desempenho, qualidade dos produtos/serviços fornecidos e aspetos relacionados com questões ambientais e sociais. Para além disso, a empresa define linhas de atuação alinhadas com as expectativas dos *stakeholders* de modo a ir de encontro com as suas expectativas e mantém um esforço para privilegiar relações responsáveis e sustentáveis com os *stakeholders* e partilhar com eles os compromissos em prol do desenvolvimento sustentável, investe na formação contínua de colaboradores acerca das melhores práticas sustentáveis e de forma a criar oportunidades de emprego e apoia a promoção por uma gestão responsável das florestas e pela utilização de recursos naturais.

A Finsa pretende estabelecer canais de comunicação com todos os *stakeholders* afetos à gestão de atividades, de forma a promover a comunicação e participação de forma proativa e transparente, com o incentivo da sua participação também nos processos de resolução de conflitos, identificação de direitos, atividades de desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais e na gestão e avaliação da alta conservação de valores, promove a geração de rendimentos através da contratação de pessoal e/ou subcontratação de empresas locais e divulga e informa todos os colaboradores acerca da importância da gestão florestal.

3.3.2.3. Objetivos relacionados com a sustentabilidade ambiental

As tabelas seguintes demonstram a atuação das empresas de acordo com a sustentabilidade ambiental.

A tabela 9 refere-se ao Princípio 6 – Valores e impactos ambientais que menciona que se deve conservar a biodiversidade biológica e os valores a si associados.

Tabela 9

Princípio 6: Valores e impactos ambientais: conservação dos serviços dos ecossistemas.

Como?	Porquê?
<p>Promover práticas florestais sustentáveis e a proteção do ambiente, com o aperfeiçoamento dos processos e auxílio dos SCG;</p> <p>Criar planos de ação no âmbito da melhoria social, ambiental e políticas de sustentabilidade;</p> <p>Implementar soluções que respondam aos desafios sociais e ambientais;</p> <p>Atuar proativamente, identificando, avaliando e colocando em prática as medidas preventivas adequadas à minimização dos impactos ambientais específicos de cada atividade;</p> <p>Adotar medidas para prevenir riscos ambientais, acidentes graves e limitar as consequências do ambiente;</p> <p>Oferecer produtos renováveis e estimular a cooperação e a inovação tecnológica, de modo a contribuir para a reciclagem e reutilização de materiais e produtos;</p> <p>Manter a melhoria contínua com o estabelecimento de metas e objetivos de avaliação ambiental, sistemática e periódica, dos SCG.</p>	<p>Desenvolver ações para promover a proteção e gestão eficiente das florestas;</p> <p>Alcançar o crescimento económico e a transição para uma economia circular;</p> <p>Promover o crescimento sustentável, com o foco na produção de madeira com um desempenho sustentado nos recursos florestais e no aumento da produção florestal por meio da silvicultura otimizada e adequada;</p> <p>Cumprir requisitos <i>FSC</i> na gestão das práticas florestais próprias e na cadeia de valor da madeira certificada.</p>

Fonte: Informação retirada dos relatórios de 2021 das empresas Balbino e Faustino, Corticeira Amorim e Finsa.

As empresas que seguem o princípio 6 (valores e impactos ambientais: conservação dos serviços dos ecossistemas) são a Balbino e Faustino, Corticeira Amorim e Finsa. A Balbino e Faustino sentiu a necessidade de se readaptar e aproveitar as oportunidades que surgiram, de oferecer novos produtos, gerir de forma mais rigorosa as compras e vendas e manter uma negociação constante com fornecedores e clientes. Para isso, a empresa promove práticas florestais sustentáveis e a proteção do ambiente, através do desenvolvimento de produtos e da gestão sustentável, com o aperfeiçoamento dos processos e auxílio dos SCG.

A Corticeira Amorim considera que os ecossistemas mais rentáveis e biodiversos podem ser estimulados através de sistemas de produção mais sustentáveis, através do incentivo dos serviços prestados, do combate contra a perda de biodiversidade e da contribuição para a neutralidade carbónica e para os ODS. A ambição da empresa para 2030 passa por um programa de ação sustentável e pela definição de objetivos e métodos de controlo para os principais impactos ambientais e respetiva evolução. Além disso, a empresa implementa soluções que respondam aos desafios sociais e ambientais, como manusear, armazenar e reencaminhar os resíduos perigosos de forma segura.

A Finsa pretende implementar objetivos de práticas florestais sustentáveis, como a restauração, manutenção e melhoria das florestas, prevenção de incêndios florestais, conservação e proteção

de espécies protegidas e a promoção da diversidade. Assim, a empresa foca-se na produção de madeira através de práticas sustentáveis e na promoção do crescimento sustentável. A empresa adota também medidas para prevenir riscos ambientais e acidentes graves, e ainda manter a melhoria contínua através do estabelecimento de metas e objetivos de avaliação ambiental dos SCG.

A tabela 10 refere-se ao Princípio 9 – Proteção dos altos valores de conservação que menciona que as atividades de gestão florestal devem manter e aprimorar os atributos que a definem, e sendo uma floresta com alto valor de conservação, essas práticas devem seguir uma abordagem de precaução para com a mesma.

Tabela 10
Princípio 9: Proteção dos altos valores de conservação.

Como?	Porquê?
<p>Proporcionar um impacto ambiental positivo ao longo de toda a cadeia de valor, com a utilização de materiais renováveis e a procura de desperdício zero;</p> <p>Desenvolver ações e promoção de proteção e gestão eficiente das florestas;</p> <p>Adotar um procedimento de verificação dos parâmetros ambientais;</p> <p>Garantir o cumprimento dos padrões de qualidade antes de serem embalados.</p>	<p>Preocupações:</p> <p>Zero pegada de carbono (emissões 1 e 2)</p> <p>Zero discriminação</p> <p>Zero desperdício – recuperação energética de resíduos</p> <p>Zero impacto no <i>packaging</i></p> <p>100% eletricidade de fontes renováveis</p> <p>100% taxa de valorização de resíduos</p> <p>100% trabalhadores/as que recebem formação</p> <p>100% de recuperação de resíduos</p> <p>Redução da pegada de carbono;</p> <p>Comprometimento com o crescimento sustentável, com a obrigação de respeitar e proteger a matéria-prima</p>

Fonte: Informação retirada dos relatórios de 2021 das empresas Corticeira Amorim e Finsa e do site da empresa Movecho.

As empresas que seguem o princípio 9 (proteção dos altos valores de conservação) são a Corticeira Amorim, a Finsa e a Movecho. A Corticeira Amorim tem como metas para 2021/2024: zero pegada de carbono (emissões 1 e 2); 100% eletricidade de fontes renováveis; zero impacto no *packaging*; 100% taxa de valorização de resíduos; 100% trabalhadores que recebem formação; e zero discriminação. Para cumprir estas metas, a empresa proporciona um impacto ambiental positivo através da utilização de materiais renováveis e da procura pelo desperdício zero.

A Finsa compromete-se com o crescimento sustentável e com a obrigação de respeitar e proteger os materiais. Para isso, a empresa adota um procedimento de verificação dos parâmetros ambientais, como o estado das infraestruturas, resíduos não florestais, danos à flora/fauna ameaçada em áreas de reserva, património histórico/cultural e fenómenos erosivos. A Movecho tem como preocupações o Zero desperdício – recuperação energética de resíduos, a Circularidade – 100% de recuperação de resíduos, e a redução da pegada de carbono – plantação de árvores está nas medidas para diminuir a pegada de carbono em direção à neutralidade.

3.3.3. Objetivos das empresas alinhados com as estratégias FSC

Para além da análise efetuada em termos de princípios, também foi feita uma análise tendo em conta as três estratégias que a certificação FSC integra, referidas também na revisão de literatura (subponto 1.3.2), que foi sintetizada nas tabelas seguintes.

A tabela 11 refere-se à estratégia 1 – Cocriar e implementar soluções florestais que está ligada ao envolvimento de todos os *stakeholders*, à simplificação das políticas e padrões e à ampliação do alcance e relevância das mudanças climáticas.

Tabela 11
Estratégia 1 - Cocriar e implementar soluções florestais,

Estratégia	Objetivo
Envolver colaboradores e restantes <i>stakeholders</i>	Seguir os princípios de confiança, transparência e ética nas atividades; Estimular canais de comunicação de modo a informar, envolver e manter um diálogo contínuo com os <i>stakeholders</i> ; Incentivar a participação dos interessados de forma proativa e transparente, com o encorajamento para o trabalho em equipa e entreajuda; Promover uma cultura de inovação, através de um ambiente propício à criatividade, ao espírito crítico e à iniciativa; Considerar o feedback dos <i>stakeholders</i> fundamental para a gestão sustentável das atividades e para a melhoria do seu desempenho; Identificar e analisar materiais alternativos, criando soluções tecnológicas mais inovadoras

Fonte: Informação retirada dos relatórios de 2021 das empresas Corticeira Amorim e Finsa e do site da empresa Movecho.

As empresas que adotaram a estratégia 1 (cocriar e implementar soluções florestais) são a Corticeira Amorim, Finsa e Movecho. A estratégia da Corticeira Amorim é a de criar soluções tecnológicas, a nível de produto, em parceria com todos os *stakeholders*; facilitar a comunicação, interna e externa, estabelecendo novos e melhorados canais para troca de informação; e incentivar o trabalho em equipa e entreajuda transversal. A estratégia da Finsa é a de incentivar a participação de todos os *stakeholders*, de forma proativa e transparente, no planeamento e monitorização das atividades operacionais, assim como na gestão das mesmas e nas atividades de desenvolvimento socioeconómico, avaliação, gestão e monitoramento. A Movecho pretende identificar e analisar materiais, métodos de produção e montagem mais inovadores, de modo a otimizar custos e tempo, sem sacrifício da qualidade ou funcionalidade, e criar soluções ajustadas a todos os requisitos dos *stakeholders*, com a colaboração de todos os departamentos da empresa.

A tabela 12 refere-se à estratégia 2 – Transformar mercados que está relacionada com o avanço em padrões sustentáveis na cadeia de valor, à aceleração da aceitação dos mesmos, à divulgação de relatórios e ao aumento do benefício dos *stakeholders*.

Tabela 12

Estratégia 2 - Transformar mercados.

Estratégia	Objetivo
Aumentar benefícios para os <i>stakeholders</i>	<p>Motivar os colaboradores;</p> <p>Promover formação contínua aos colaboradores, e respetiva avaliação;</p> <p>Foco em responder às expectativas dos <i>stakeholders</i>;</p> <p>Respeitar colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas e demais <i>stakeholders</i>, relevantes para a sustentabilidade da empresa;</p> <p>Gerir riscos e oportunidades associados às atividades, de forma a evitar impactos negativos;</p> <p>Adotar medidas para prevenir riscos ambientais, acidentes graves e limitar as consequências do ambiente;</p> <p>Oferecer as mesmas oportunidades de formação e desenvolvimento através da criação de um local de trabalho justo e inclusivo, de modo a ajudar os colaboradores a atingirem o pleno potencial.</p>
Avançar com os padrões na cadeia de valor	<p>Implementar objetivos para melhorar o seu desempenho social, que passam por contribuir para a manutenção ou melhoria do bem-estar social e económico, contribuindo para a fixação da população no meio rural, permitir a participação pública nas práticas florestais, divulgar/informar acerca da importância da gestão florestal, promover a geração de rendimentos através da contratação de pessoal local e subcontratação de empresas locais.</p>

Fonte: Informação recolhida dos relatórios de 2021 das empresas Balbino e Faustino, Corticeira Amorim e Finsa e do site da empresa Movecho.

As empresas que adotaram a estratégia 2 (transformar mercados) são a Balbino e Faustino, Corticeira Amorim, Finsa e Movecho. A Balbino e Faustino sentiu necessidade de mudança, de modo a se readaptar aos novos mercados e oferecer alternativas mais inovadoras. Desta forma, adota também um processo de avaliação e reconhecimento dos seus colaboradores, que passa por avaliar a qualidade do trabalho prestado, oferecer promoções e salários adequados, criar um bom ambiente entre os colaboradores e uma boa relação com a chefia.

A Corticeira Amorim implementou um quadro de respeito pelos valores fundamentais dos Direitos Humanos e do Trabalho e dedicou tempo a ouvir todos os *stakeholders*, de modo a alinhar os seus produtos/serviços às suas expectativas. Assim, o foco da empresa está nos seus colaboradores e estantes *stakeholders*, sempre com o objetivo de ajustar as suas necessidades. A Finsa implementou objetivos de modo a contribuir para a melhoria do bem-estar social e económico e para a fixação da população. Além disso, esta empresa incentiva a participação pública em práticas florestais sustentáveis, através da divulgação de informação acerca da importância da gestão florestal. A Movecho foca a sua evolução nos seus colaboradores, oferecendo as mesmas oportunidades de formação e desenvolvimento a todas as áreas, tornando a empresa um local de igualdade, inclusão e entreatajuda.

Ainda dentro da estratégia 2 é de referir que três das quatro empresas em estudo (75%) elaboram e divulgam relatórios que incluem tanto a parte financeira como a parte de sustentabilidade da empresa, sendo de referir que a empresa que ainda não tem esse relatório elaborado (a

Movecho), está em fase da sua construção, pretendendo no final de 2023 divulgar o seu primeiro relatório público.

A tabela 13 refere-se à estratégia 3 – Catalisar mudanças associadas ao cumprimento da missão da empresa, ao incentivo de investir em práticas sustentáveis, à aceleração da consciencialização sobre o valor das florestas e ao aumento da relevância para os governos.

Tabela 13
Estratégia 3 - Catalisar mudanças.

Estratégia	Objetivo
Acelerar a conscientização sobre o valor das florestas	Criar programas de auditoria aos fornecedores, anual, com base em critérios de desempenho, criticidade dos produtos/serviços e aspetos necessários de qualidade, ambientais e sociais.
Incentivar investimentos de práticas florestais	Contribuir para o progresso, desenvolvimento económico e bem-estar das comunidades locais.
	Estimular PME e futuros empreendedores locais a obter resultados sustentáveis e impulsionar o empreendedorismo nacional.

Fonte: Informação retirada do relatório de 2021 da empresa da Corticeira Amorim.

A estratégia 3 (catalisar mudanças) apenas foi adotada pela empresa Corticeira Amorim, com o grande objetivo de impulsionar o empreendedorismo nacional, estimulando empresas e futuros empreendedores a implementarem práticas sustentáveis. A empresa pretende contribuir para o progresso económico, social e ambiental, nomeadamente no local onde opera, e uma das medidas tomadas é a de avaliar os seus fornecedores com base em critérios de desempenho, criticidade dos produtos/serviços e aspetos necessários de qualidade, ambientais e sociais.

3.3.4. Política de Sustentabilidade adotada pelas empresas

No âmbito da certificação florestal que as empresas possuem, nomeadamente a Corticeira Amorim e a Finsa, estas definiram políticas de sustentabilidade com objetivos específicos para dar cumprimento a práticas florestais sustentáveis, de acordo com os princípios e critérios *FSC*, e ainda criaram planos de ação no âmbito da melhoria ambiental e social, que podem ser vistos nos anexos 2 a 4.

De acordo com os padrões *FSC*, as empresas apenas recebem o certificado florestal se cumprirem todos os requisitos pré-estabelecidos. Neste sentido, a Corticeira Amorim (2021) na avaliação dos princípios e critérios da certificação identifica conformidades e não conformidades, sendo que, para o caso de não conformidades, a empresa tem um plano de ação onde são realizadas auditorias de acompanhamento e verificação das medidas de mitigação dessas não conformidades. Em caso de necessidade, a empresa comunica com o fornecedor, de modo a resolver as não conformidades ou encontrar alternativas.

A Finsa (2021) tem procedimentos de ação definidos para a resolução de possíveis conflitos, reclamações ou reivindicações, relacionadas com os impactos das práticas florestais. Esses

procedimentos passam por: 1) a reclamação é recebida por qualquer um dos meios de comunicação disponíveis, 2) verifica-se a veracidade dos factos e notifica-se as partes interessadas do início do procedimento de resolução, 3) dá-se prioridade à resolução extrajudicial, recorrendo à justiça ordinária apenas se necessário e 4) a empresa arquiva todos os casos de conflito/reclamação para posterior consulta, se necessário.

4. Discussão teórica

As empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados estudadas implementam diversas práticas (como?) em que a certificação *FSC* surge integrada nos SCG, promovendo a prossecução de diversos objetivos (porquê) de sustentabilidade. Este resultado corrobora como os SCG são essenciais no processo de planeamento, coordenação e avaliação das atividades operacionais, permitindo clarificar e mensurar objetivos (Farida et al., 2022; Mouloudi & Ikhlef, 2022; Nani & Safitri, 2021; Qiu et al., 2022). Ou seja, atingir objetivos (financeiros e não financeiros) organizacionais favoráveis associa-se não apenas à eficiência de soluções tecnológicas inovadoras, mas também a processos sustentáveis (Laguir et al., 2022; Moon et al., 2012).

As empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados estudadas implementam práticas sustentáveis e preocupam-se em divulgar essa informação. Este resultado está em linha com a literatura (Córdova-Aguirre & Ramón, 2021), segundo a qual as empresas dão importância a questões relacionadas com a sustentabilidade e implementam novas práticas de modo a divulgarem que fabricam e comercializam produtos sustentáveis. A divulgação periódica de relatórios, que incluem indicadores económicos, sociais e ambientais, clarifica e denota preocupação com a sustentabilidade (Carmo & Miguéis, 2022; Segurado, 2022; Traxler et al., 2020).

As empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados estudadas integram grande parte dos princípios *FSC* na sua gestão, suportada em SCG que incluem indicadores de sustentabilidade. Trata-se, de facto, de um programa de certificação que visa promover uma gestão florestal responsável e criar soluções para uma gestão sustentável das florestas (Lemes et al., 2021; Hoang et al., 2015). Tal certificado *FSC* obedece a um processo de validação por organizações independentes credenciadas (FSC, 2022a; Jeronen, 2022; Pattberg, 2005).

As empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados estudadas implementam a certificação *FSC* nos seus SCG através da integração dos ODS e dos princípios e estratégias *FSC*, tanto na tomada de decisão como na relação com os *stakeholders*. Este resultado confirma como as empresas, para contribuir para uma gestão florestal sustentável, dão preferência a matéria-prima proveniente de florestas geridas de forma sustentável, adotam procedimentos de proteção ao ambiente e focam-se na procura pelo desperdício zero, seguindo sempre os princípios do desenvolvimento sustentável (Aggestam et al., 2020; Kumar et al., 2021).

Também no que toca à sustentabilidade, as empresas estudadas demonstram preocupação em ir de encontro às expectativas dos *stakeholders* através do incentivo à participação destes, de forma proativa e transparente, nos processos de planeamento e monitoramento da gestão das atividades (Corsi & Arru, 2020; Gottlieb et al., 2021; Monteiro et al., 2022). Sustenta-se, assim, que os ODS são pilares da sustentabilidade envolvidos no processo de comunicação com os *stakeholders* (Kumar et al., 2021; ODS, 2022; Orekoya & Oluleke, 2021).

Tendo em conta a análise das empresas selecionadas, as tabelas seguintes representam uma associação das principais práticas com objetivos estratégicos, em relação aos três pilares da sustentabilidade.

A tabela 14 refere-se à sustentabilidade económica, apresentando as principais práticas associadas a objetivos estratégicos.

Tabela 14
Práticas e objetivos da sustentabilidade económica.

Como?	Porquê?
Implementar práticas que garantam elevados padrões de ética na gestão e na responsabilidade ambiental e social.	Cumprir com as normas de ética e conduta estabelecidas na empresa.
Procurar novas soluções tecnológicas, inovadoras, sustentáveis e otimizadas, com maior desempenho, rapidez e eficácia.	Assegurar o mais alto nível de qualidade e fiabilidade no serviço ao cliente.
Criar condições que promovam o aumento da eficácia dos processos e melhor afetação de recursos.	Integrar a sustentabilidade no processo de tomada de decisão.
Promover ações de sensibilidade acerca de práticas de gestão florestal.	Atuar de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor.
Promover ações de proteção contra atividades não autorizadas ou ilegais, de forma a identificar, denunciar, controlar e desencorajar as mesmas.	Evitar o comércio ilegal da madeira.

Fonte: Elaboração própria de acordo com a informação recolhida das empresas.

Os objetivos das empresas passam essencialmente por cumprir as normas de ética e conduta, assegurar a maior qualidade no serviço ao cliente, integrar a sustentabilidade na tomada de decisão, atuar de acordo com a legislação em vigor e evitar o comércio ilegal.

A tabela 15 refere-se à sustentabilidade social, apresentando as principais práticas associadas a objetivos estratégicos.

Tabela 15

Práticas e objetivos da sustentabilidade social.

Como?	Porquê?
Ouvir os <i>stakeholders</i> e estar atento às novas tendências no mercado, de modo a criar relações de confiança, com um ambiente de igualdade e justiça.	Incentivar a participação dos <i>stakeholders</i> de forma proativa e transparente nos processos de planeamento e monitoramento da gestão de atividades.
Promover uma cultura de inovação, através de um ambiente propício à criatividade e à iniciativa dos seus colaboradores.	Contribuir para o progresso e desenvolvimento económico e bem-estar das comunidades.
Não violar a privacidade ou perder dados dos clientes, fornecedores e demais <i>stakeholders</i> .	Princípio da Confidencialidade.
Proporcionar maior agilidade e melhor acompanhamento, de modo a contribuir para a criação de valor e para a sustentabilidade.	Princípio da exaustividade.
Construir um quadro de respeito pelos valores fundamentais dos direitos do trabalho.	Princípio do respeito e dignidade.

Fonte: Elaboração própria de acordo com a informação recolhida das empresas.

Os objetivos das empresas passam essencialmente por incentivar a participação de todos os *stakeholders* na gestão de atividade, contribuir para o progresso e desenvolvimento económico e cumprir os princípios da confidencialidade, exaustividade, respeito e dignidade.

A tabela 16 refere-se à sustentabilidade ambiental, apresentando as principais práticas associadas a objetivos estratégicos.

Tabela 16

Práticas e objetivos da sustentabilidade ambiental.

Como?	Porquê?
Identificar, avaliar e colocar em prática as medidas preventivas adequadas à minimização dos impactos ambientais.	Promover o crescimento sustentável, com foco no aumento da gestão florestal sustentável.
Oferecer produtos renováveis e estimular a cooperação e inovação.	Cumprir os princípios <i>FSC</i> na gestão florestal e na cadeia de valor.
Desenvolver ações de promoção e proteção da gestão eficiente das florestas e procedimentos de verificação dos parâmetros ambientais.	Proporcionar um impacto ambiental positivo ao longo de toda a cadeia de valor, com a utilização de materiais renováveis e de desperdício zero.
Criar planos de ação no âmbito da melhoria social, ambiental e das políticas de sustentabilidade.	Desenvolver ações para promover a proteção e gestão eficiente das florestas.
Manter a melhoria contínua com o estabelecimento de metas e objetivos de avaliação sistemática e periódica.	Alcançar o crescimento económico e a transição para uma economia circular.

Fonte: Elaboração própria de acordo com a informação recolhida das empresas.

Os objetivos das empresas passam essencialmente por promover o crescimento sustentável, cumprir os princípios *FSC*, promover utilização de materiais renováveis e de desperdício zero, proteger a gestão eficiente das florestas, alcançar o crescimento económico e a transição para uma economia circular.

Conclusão, limitações e sugestões de pesquisas futuras

O objetivo primordial deste estudo foi o de compreender como e porquê integrar a certificação *FSC* nos SCG para a sustentabilidade das empresas de comércio de madeira, sendo assim a questão de investigação “como e porquê integrar a certificação *FSC* nos SCG para a sustentabilidade das empresas de comércio de madeira?”. O enquadramento teórico foi efetuado no âmbito da certificação *FSC* e dos SCG para a sustentabilidade. Foram selecionadas quatro empresas do setor do comércio de retalho de madeira e seus derivados que possuem certificações florestais, nomeadamente a certificação *FSC*, onde foram analisados os relatórios relativos ao ano de 2021 e também informação contida nos respetivos sites, durante os meses de fevereiro e março de 2023.

Os principais resultados deste estudo confirmam que há diversas práticas (como?) em que a certificação *FSC* surge integrada nos SCG para a promoção de diversos objetivos (porquê?) de sustentabilidade. Os resultados evidenciam que as empresas estudadas procuram implementar práticas sustentáveis e divulgam informação sobre o assunto. Verificou-se, ainda, como um dos principais resultados, que as empresas deste setor integram sete dos dez princípios *FSC* na sua gestão, o que demonstra uma elevada integração da certificação *FSC* nos SCG. Aquelas empresas implementam a certificação *FSC* nos seus SCG através da integração dos ODS e dos princípios e estratégias *FSC* na sua gestão, seja através da sua implementação em atividades, na tomada de decisão, seja na relação com os *stakeholders*.

Esta investigação contém algumas limitações metodológicas. Em primeiro lugar, o facto da evidência ter sido recolhida apenas em documentos publicados. Por terem sido estudados apenas alguns casos num único setor de atividade muito específico, tal também constitui uma limitação. Acresce que o estudo ficou limitado ao período a que se referem os documentos divulgados pelas empresas.

No que diz respeito a sugestões para investigação futura, e em consonância com as limitações apontadas atrás, propõem-se uma triangulação de dados com proveniência em fontes complementares. Tal poderá ser conseguido através da realização de entrevistas aos preparadores e utilizadores dos SCG que integram informação sobre planeamento e controlo da sustentabilidade. Alargar o estudo a outros casos, a outros setores de atividade e a períodos de tempo mais longos, conseguindo abarcar, eventualmente, a primeira integração histórica da sustentabilidade nos SCG também constituem sugestões para nova investigação a desenvolver no futuro. Sugerem-se, ainda, estudos complementares através de outras metodologias, nomeadamente investigação quantitativa para testar hipóteses de relação entre variáveis que envolvam SCG e objetivos de sustentabilidade.

Referências

- Abed, J., Rayburg, S., Rodwell, J., & Neave, M. (2022). A review of the performance and benefits of mass timber as an alternative to concrete and steel for improving the sustainability of structures. *Sustainability*, *14*, 5570. <https://doi.org/10.3390/su14095570>
- Adib, M., & Zhang, Z. (2019). The risk-based management control system: a stakeholders' perspective to design management control systems. *International Journal of Management and Enterprise Development*, *18*(1/2), 20–40. <https://doi.org/10.1504/ijmed.2019.10018989>
- Aggestam, F., Konczal, A., Sotirov, M., Wallin, I., Paillet, Y., Spinelli, R., Lindner, M., Derks, J., Hanewinkel, M., & Winkel, G. (2020). Can nature conservation and wood production be reconciled in managed forests? A review of driving factors for integrated forest management in Europe. *Journal of Environmental Management*, *268*, 110670. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.110670>
- Asiaei, K., Bontis, N., Barani, O., Moghaddam, M., & Sidhu, J. (2022). The role of sustainability control systems in translating CSR into performance in Iran. *Management Decision*, *60*(5), 1438–1468. <https://doi.org/10.1108/MD-11-2020-1510>
- Backes, J., & Traverso, M. (2022). Life cycle sustainability assessment as a metrics towards SDGs agenda 2030. *Current Opinion in Green and Sustainable Chemistry*, *38*, 100683. <https://doi.org/10.1016/j.cogsc.2022.100683>
- Balbino-Faustino (2021). *Relatório & Contas 2021*. [Relatório Público]. <https://www.balbino-faustino.pt/uploads/base/ficheiros/62a890a63a305590434064.pdf>
- Balbino-Faustino (2022). Balbino-Faustino derivados de madeira. <https://www.balbino-faustino.pt/#>
- Banco de Portugal (2023) *Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel*. <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/publicacoes/1333>
- Bebbington, J., & Larrinaga, C. (2014). Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, Organizations and Society*, *39*, 395-413. <http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.003>
- Beusch, P., Frisk, J., Rosén, M., & Dilla, W. (2022). Management control for sustainability: Towards integrated systems. *Management Accounting Research*, *54*, 100777. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2021.100777>
- Biswas, S., & Akroyd, C. (2022). Management control systems and the strategic management of innovation. *Qualitative Research in Accounting and Management*. <https://doi.org/10.1108/QRAM-04-2021-0083>
- Blocher, E., Juras, P., & Smith, G. (2021). *Cost management: A strategic emphasis* (9th ed.). McGraw-Hill.

- Business Council for Sustainable Development (2022). Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). <https://ods.pt/>
- Canadian Broadcasting Corporation (CBC) (2011). N.B. fossils show origins of wood. <https://www.cbc.ca/news/canada/new-brunswick/n-b-fossils-show-origins-of-wood-1.1052870>
- Carmo, C., & Miguéis, M. (2022). Voluntary sustainability disclosures in non-listed companies: An Exploratory study on motives and practices. *Sustainability*, 14, 7365. <https://doi.org/10.3390/su14127365>
- Čepelová, A., & Douša, M. (2020). Progress in implementation of sustainable development in V4 countries. *International Journal of Sustainable Development*, 23(3/4), 205 – 222. <https://doi.org/10.1504/ijisd.2020.10037659>
- Chakraborty, A., Singh, M., & Roy, M. (2019). Engaging stakeholders in the process of sustainability integration in higher education institutions: a systematic review. *International Journal of Sustainable Development*, 22(3/4), 186 – 220. <https://doi.org/10.1504/ijisd.2019.10027063>
- Chen, Y., & Li, M. (2021). Government behaviours in sustainable development of tea industry: empirical evidence from Fujian, China. *International Journal Sustainable Development*, 24(1), 60 – 80. <https://doi.org/10.1504/IJSD.2021.10038123>
- Chirico, C., & Rettore, M. (2022). *Corporate sustainability and financial performance* [Dissertação de mestrado]. Norwegian School of Economics. <https://openaccess.nhh.no/nhh-xmlui/handle/11250/3012643>
- Conselho da União Europeia. (2022). Novas regras sobre a comunicação de informações em matéria de sustentabilidade das empresas: acordo político provisório entre o Conselho e o Parlamento Europeu. <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/06/21/new-rules-on-sustainability-disclosure-provisional-agreement-between-council-and-european-parliament/>
- Córdova-Aguirre, L., & Ramón-Jerónimo, J. (2021). Exploring the inclusion of sustainability into strategy and management control systems in peruvian manufacturing enterprises. *Sustainability*, 13(9), 5127. <https://doi.org/10.3390/su13095127>
- Corsi, K., & Arru, B. (2020). Role and implementation of sustainability management control tools: critical aspects in the Italian context. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 34(9), 29–56. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-02-2019-3887>
- Corticeira Amorim (2021). *Relatório de sustentabilidade*. [Relatório Público]. https://www.amorim.com/xms/files/Sustentabilidade/Relatorio_de_Sustentabilidade_-_Parte_do_RAC_2021-/2_PT_-_Relatorio_de_Sustentabilidade.pdf
- Corticeira Amorim (2022). Amorim. <https://www.amorim.com/pt/>

- Costa, A., Tafuro, A. Benvenuto, M. & Viola C. (2021). Corporate social responsibility through sdgs: Preliminary results from a pilot study in Italian universities. *Administrative Sciences*, 11(4), 117. <https://doi.org/10.3390/admsci11040117>
- Crama, J., & Corbey, M. (2022). High reliability organizing en management control systems design – Wat als het foutloos móet? *Maandblad Voor Accountancy en Bedrijfseconomie*, 96(9/10), 299 – 313. <https://doi.org/10.5117/mab.96.84597>
- Elbakidze, M., Dawson, L., McDermott, C., Teitelbaum, S., & Tysiachniouk, M. (2022). Biodiversity conservation through forest certification: key factors shaping national Forest Stewardship Council (FSC) standard-development processes in Canada, Sweden, and Russia. *Ecology and Society*, 27(1). <https://doi.org/10.5751/ES-12778-270109>
- Elstub, S., & Pomatto, G. (2022). Case study research. In *Research Methods in Deliberative Democracy* (pp. 406–420). Oxford Academic. <https://doi.org/10.1093/oso/9780192848925.003.0028>
- Erp, W., Roozen, F., & Vosselman, E. (2019). The performativity of a management accounting and control system: Exploring the dynamic relational consequences of a design. *Scandinavian Journal of Management*, 35(4), 101077. <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2019.101077>
- Farida, I., Aryani, Y., & Setiawan, D. (2022). Empirical evidence of management control system in the emerging market. *Corporate and Business Strategy Review*, 3(2), 112–124. <https://doi.org/10.22495/cbsrv3i2art10>
- Felício, T., Samagaio, A., & Rodrigues, R. (2021). Adoption of management control systems and performance in public sector organizations. *Journal of Business Research*, 124, 593–602. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.10.069>
- Finsa (2021). *Resumo público do plano de gestão da UGF “Fincas de Finsa”*. [Relatório Público]. <https://www.finsa.com/pt/finsa>
- Finsa (2022). Finsa. <https://www.finsa.com/pt/home>
- Forest Stewardship Council (2022a). Forest Stewardship Council. <https://pt.fsc.org/pt-pt>
- Forest Stewardship Council (2022b). The future of forests is in our hands. <https://fsc.org/en>
- Frostenson, M., Helin, S., & Arbin, K. (2022). Organizational sustainability identity: Constructing oneself as sustainable. *Scandinavian Journal of Management*, 38, 101299. <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2022.101229>
- Gerdin, J. (2020). Management control as a system: Integrating and extending theorizing on MC complementarity and institutional logics. *Management Accounting Research*, 49, 100716. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2020.100716>

- Gomez-Conde, J., Lopez-Valeiras, E., Rosa, F., & Lunkes, R. (2022). The effect of management control systems in managing the unknown: Does the market appreciate the breadth of vision? *Review of Managerial Science*, 16(1). <https://doi.org/10.1007/s11846-022-00601-0>
- Gonçalves, T., & Gaio, C. (2021). The role of management accounting systems in global value strategies. *Journal of Business Research*, 124, 603–609. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.10.059>
- Goswami, G., Roy, G., Datta, S., & Manna, S. (2022). Sustainable supply chain intervention: a case-based analysis of the economics of land degradation. *International Journal Sustainable Development*, 25(1/2). <https://doi.org/10.1504/IJSD.2022.126453>
- Gottlieb, U., Hansson, H., & Johed, G. (2021). Institutionalised management accounting and control in farm businesses. *Scandinavian Journal of Management*, 37(2), 101153. <https://doi.org/10.1016/j.scaman.2021.101153>
- Guo, B., Paraskevopoulou, E., & Sánchez, L. (2019). Disentangling the Role of Management Control Systems for Product and Process Innovation in Different Contexts. *European Accounting Review*, 28(4), 681–712. <https://doi.org/10.1080/09638180.2018.1528168>
- Hadid, W., & Al-Sayed, M. (2021). Management accountants and strategic management accounting: The role of organizational culture and information systems. *Management Accounting Research*, 50, 100725. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2020.100725>
- Hauwaert, E., Hoozée, S., Maussen, S., & Bruggeman, W. (2022). The impact of enabling performance measurement on managers autonomous work motivation and performance. *Management Accounting Research*, 55, 100780. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2021.100780>
- Hoang, H., Hoshino, S., & Hashimoto, S. (2015). Forest stewardship council certificate for a group of planters in Vietnam: SWOT analysis and implications. *Journal of Forest Research*, 20(1), 35–42. <https://doi.org/10.1007/s10310-014-0472-z>
- Instituto Nacional de Estatística (2017). *Classificação portuguesa das atividades económicas. Rev. 3*. https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf
- Iqbal, A. (2021). Developments in tall wood and hybrid buildings and environmental impacts. *Sustainability*, 13, 11881. <https://doi.org/10.3390/su132111881>
- Jeronen, E. (2022). Forest Stewardship Council. In Encyclopedia of Sustainable Management 1–8. *Springer International Publishing*. https://doi.org/10.1007/978-3-030-02006-4_341-1
- Kerr, J., Rouse, P., & Villiers, C. (2015). Sustainability reporting integrated into management control systems. *Pacific Accounting Review*, 27 (2), 189–207. <https://doi.org/10.1108/PAR-08-2012-0034>

- Kumar, D., Thakur, C., Bhardwaj, D., Sharma, N., Sharma, H., & Sharma, P. (2021). Sustainable Forest Management a Global Review. *International Journal of Current Microbiology and Applied Sciences*, 10(01), 2521–2528. <https://doi.org/10.20546/ijcmas.2021.1001.292>
- Laguecir, A., Kern, A., & Kharoubi, C. (2020). Management accounting systems in institutional complexity: Hysteresis and boundaries of practices in social housing. *Management Accounting Research*, 49, 100715. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2020.100715>
- Laguir, I., Gupta, S., Bose, I., Stekelorum, R., & Laguir, L. (2022). Analytics capabilities and organizational competitiveness: Unveiling the impact of management control systems and environmental uncertainty. *Decision Support Systems*, 156, 113744. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2022.113744>
- Lemes, P., Zanuncio, J., Jacovine, L., Wilcken, C., & Lawson, S. (2021). Forest stewardship council and responsible wood certification in the integrated pest management in Australian forest plantations. *Forest Policy and Economics*, 131, 102541. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2021.102541>
- Leszczyszyn, E., Heräjärvi, H., Verkasalo, E., Garcia-Jaca, J., Araya-Letelier, G., Lanvin, J. D., Bidzińska, G., Augustyniak-Wysocka, D., Kies, U., Calvillo, A., Wahlström, M., & Kouyoumji, J. (2022). The future of wood construction: Opportunities and barriers based on surveys in europe and chile. *Sustainability*, 14, 4358. <https://doi.org/10.3390/su14074358>
- Lima, M., Patrício, E., Junior, U., Assis, M., Xavier, C., Bufalino, L., Trugilho, P., Hein, P. & Protásio, T. (2020). Logging wastes from sustainable forest management as alternative fuels for thermochemical conversion systems in Brazilian Amazon. *Biomass and Bioenergy*, 140(105660). <https://doi.org/10.1016/j.biombioe.2020.105660>
- Maioreescu-Murphy, R. (2020). Case study research. *The International Encyclopedia of Media Psychology*. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/9781119011071.iemp0007>
- Malek, E., & Abdul Rahim, A. (2022). A thematic review of forest certification publications from 2017 to 2021: Analysis of pattern and trends for future studies. *Trees, Forests and People*, 10, 100331. <https://doi.org/10.1016/j.tfp.2022.100331>
- Mannes, S., Beuren, I., & David J. (2002). Influence of management control system information on knowledge conversion skills. *Contabilidade Vista & Revista*, 33(2), 1–25. <https://orcid.org/0000-0002-7608-1519>
- Mirghaderi, S., & Mohit-Ghiri, Z. (2019). Measuring sustainable development: Linear regression approach. *International Journal of Sustainable Development*, 22(1/2), 110–122. <https://doi.org/10.1504/IJSD.2019.104736>
- Monteiro, A., Vale, J., Leite, E., Lis, M., & Kurowska-Pysz, J. (2022). The impact of information systems and non-financial information on company success. *International Journal of Accounting Information Systems*, 45, 100557. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2022.100557>

- Moon, J., Grubnic, S., Herzig, C., & Gond, J.-P. (2012). Management control for sustainability strategy. *Chartered Institute of Management Accountants*, 7(12).
- Mouloudj, K., & Ikhlef, I. (2022). The impact of sustainability management control on firms' environmental performance: an empirical study. *Journal of the New Economy*, 13(2), 798 – 812.
- Mouritsen, J., Pedraza-Acosta, I., & Thrane, S. (2022). Performance, risk, and overflows: When are multiple management control practices related? *Management Accounting Research*, 55, 100796. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2022.100796>
- Movecho (2022). Movecho. <https://www.movecho.pt/>
- Mustapha, N., & Wahid, R. (2021). The relationship between management control system on corporate sustainability in the construction industry. *Quantum Journal of Social Sciences and Humanities*, 2(6): 50 – 63. <http://www.qjssh.com>
- Myllyviita, T., Hurmekoski, E., & Kunttu, J. (2022). Substitution impacts of Nordic wood-based multi-story building types: influence of the decarbonization of the energy sector and increased recycling of construction materials. *Carbon Balance and Management*, 17(4). <https://doi.org/10.1186/s13021-022-00205-x>
- Nani, D., & Safitri, V. (2021). Exploring the relationship between formal management control systems, organisational performance and innovation: The role of leadership characteristics. *Asian Journal of Business and Accounting*, 14(1), 207–224. <https://doi.org/10.22452/ajba.vol14no1.8>
- Nikolakis, W., & Wood, P. (2022). Intact Forest Landscapes and the Forest Stewardship Council. In *The Role of Business in Global Sustainability Transformations* (pp. 148–164). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003003588-12>
- Orekoya, S., & Oluleke, P. (2021). Financing for Sub-Saharan African sustainable development: from billions to trillions to action. *International Journal of Sustainable Development*, 23(3/4), 288 -308. <https://doi.org/10.1504/IJSD.2020.115231>
- Paiva, J (2012). Madeiras. International Archive WayBack Machine. <https://web.archive.org/web/20120427212006/http://www.jcpaiva.net/files/ensino/alunos/20022003/teses/020370017/madeiras/madeiras.htm#origem>
- Paluš, H., Krahulcová, M., & Parobek, J. (2021). Assessment of forest certification as a tool to support forest ecosystem services. *Forests*, 12(3). <https://doi.org/10.3390/f12030300>
- Pattberg, P. (2005). The Forest Stewardship Council: Risk and potential of private forest governance. *Journal of Environment and Development*, 14(3), 356–374. <https://doi.org/10.1177/1070496505280062>

- Pavlatos, O. (2021). Drivers of management control systems in tourism start-ups firms. *International Journal of Hospitality Management*, 92, 102746. <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2020.102746>
- Qiu, F., Hua, N., Liang, P., & Dow, K. (2022). Measuring management accounting practices using textual analysis. *Management Accounting Research*, 100818. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2022.100818>
- Rehman, S., Bhatti, A., Kraus, S., & Ferreira, J. (2020). The role of environmental management control systems for ecological sustainability and sustainable performance. *Management Decision*, 59(9), 2217–2237. <https://doi.org/10.1108/MD-06-2020-0800>
- Rosini, I., Gunawan, J., & Hakim, D. (2020). The Contingent Fit between Management Control System and Capabilities on Sustainability Performance. *International Journal of Business, Economics and Management*, 7(6), 375–386. <https://doi.org/10.18488/journal.62.2020.76.375.386>
- Segurado, M. (2022). Diretiva europeia sobre o relato de sustentabilidade das empresas. APCER. <https://apcergroup.com/pt/newsroom/2928/diretiva-europeia-sobre-o-relato-de-sustentabilidade-das-empresas>
- Sutton, N., & Brown, D. (2021). Beyond the decision to ally: Constraints on adapting to emergent control risks. *Management Accounting Research*, 52, 100756. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2021.100756>
- Taylor, C., & Lindenmayer, D. (2021). Stakeholder engagement in a forest stewardship council-controlled wood assessment. *Environmental Science and Policy*, 120, 204–212. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2021.03.014>
- Traxler, A., Schrack, D., & Greiling, D. (2020). Sustainability reporting and management control – A systematic exploratory literature review. *Journal of Cleaner Production*, 276, 122725. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.122725>
- Yamamoto, Y., & Matsumoto, K. (2022). The effect of forest certification on conservation and sustainable forest management. *Journal of Cleaner Production*. (363), 132374. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.132374>
- Yin, R. (2017). *Case study research: Design and methods*. (7th ed.). Sage Publications.

Anexos

Anexo 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

- 1.1. Erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia;
- 1.2. Reduzir, pelo menos para metade, a proporção de população que vive na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;
- 1.3. Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados;
- 1.4. Garantir que todos, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, à herança, aos recursos naturais, às novas tecnologias e aos serviços financeiros, incluindo microfinanciamento;
- 1.5. Aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, reduzir a exposição e a vulnerabilidade destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais.

2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

- 2.1. Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano;
- 2.2. Acabar com todas as formas de malnutrição, incluindo atingir até 2025 as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos, e atender às necessidades nutricionais das adolescentes, das mulheres grávidas e lactantes e das pessoas idosas;
- 2.3. Duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, nomeadamente através de garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de valor acrescentado e de emprego não agrícola;
- 2.4. Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;
- 2.5. Manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respetivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos ao nível nacional, regional e internacional, promover o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios

decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal como acordado internacionalmente.

3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

- 3.1. Reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nados-vivos;
- 3.2. Acabar com as mortes que podem ser evitáveis, de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, através do empenho de todos os países em reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nados-vivos;
- 3.3. Acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis;
- 3.4. Reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento e promover a saúde mental e o bem-estar;
- 3.5. Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool;
- 3.6. Reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários;
- 3.7. Assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;
- 3.8. Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis;
- 3.9. Reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo

4. Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

- 4.1. Garantir que todas as crianças completam o ensino primário e secundário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;
- 4.2. Garantir que todas as crianças tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam preparados para o ensino primário;
- 4.3. Assegurar a igualdade de género no acesso à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis;

- 4.4. Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;
- 4.5. Eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, população autóctone e crianças em situação de vulnerabilidade;
- 4.6. Garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres;
- 4.7. Garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

- 5.1. Acabar com todas as formas de discriminação de géneros;
- 5.2. Eliminar todas as formas de violência nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e outros tipos de exploração;
- 5.3. Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e que envolvem crianças, bem como as mutilações genitais femininas;
- 5.4. Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e trabalho doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;
- 5.5. Garantir a igualdade de participação plena, efetiva e de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública;
- 5.6. Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes das suas conferências de revisão.

6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

- 6.1. Alcançar o acesso universal e equitativo à água potável para todos, a preços acessíveis;
- 6.2. Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres, meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade;
- 6.3. Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a

proporção de águas residuais não-tratadas, aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização, a nível global;

- 6.4. Aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores, assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com essa escassez;
- 6.5. Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;
- 6.6. Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos;

7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

- 7.1. Assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos, fiáveis e a preços acessíveis;
- 7.2. Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;
- 7.3. Duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

- 8.1. Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do Produto Interno Bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos;
- 8.2. Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, nomeadamente através da aposta em setores de alto valor acrescentado e dos setores de mão-de-obra intensiva;
- 8.3. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros;
- 8.4. Melhorar progressivamente a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção e procurar ativamente dissociar crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o enquadramento decenal de programas sobre produção e consumo sustentáveis, com os países desenvolvidos na liderança;
- 8.5. Alcançar o emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todos, inclusive jovens e pessoas com deficiência e remuneração igual para trabalho de igual valor;
- 8.6. Reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados que não estão em educação ou formação;
- 8.7. Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento, utilização de crianças-soldado e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;

- 8.8. Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes;
- 8.9. Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais;
- 8.10. Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

- 9.1. Desenvolver infraestruturas de qualidade, fiáveis, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando o acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;
- 9.2. Promover a industrialização inclusiva e sustentável e aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos;
- 9.3. Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados;
- 9.4. Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos, maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos com todos os países, atuando de acordo com as suas respetivas capacidades;
- 9.5. Fortalecer a investigação científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, incentivar a inovação e aumentar substancialmente o número de trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento por milhão de pessoas e a despesa pública e privada em investigação e desenvolvimento.

10. Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

- 10.1. Alcançar, progressivamente, e manter de forma sustentável o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre, a um ritmo maior do que o da média nacional;
- 10.2. Capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra;
- 10.3. Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;
- 10.4. Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;
- 10.5. Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações;

- 10.6. Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas;
- 10.7. Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas.

11. Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

- 11.1. Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada, a preço acessível e aos serviços básicos e melhorar as condições nos bairros de lata;
- 11.2. Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;
- 11.3. Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para um ordenamento do povoamento humano participativo, integrado e sustentável, em todos os países;
- 11.4. Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo;
- 11.5. Reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas económicas diretas causadas por essa via no produto interno bruto global, incluindo as catástrofes relacionadas com a água, focando-se sobretudo na proteção dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade;
- 11.6. Reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, incluindo prestar especial atenção à qualidade do ar, à gestão de resíduos municipais e de outros resíduos;
- 11.7. Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

12. Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis:

- 12.1. Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países a tomar medidas e assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento;
- 12.2. Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;
- 12.3. Reduzir para metade, à escala global, o desperdício de alimentos per capita, tanto a nível de retalhistas como de consumidores, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita;
- 12.4. Alcançar a gestão ambientalmente correta dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o seu ciclo de vida, de acordo com os quadros internacionais

- acordados, e reduzir significativamente a sua libertação para o ar, água e solo, de modo a minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;
- 12.5. Reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização;
 - 12.6. Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade;
 - 12.7. Promover práticas de contratação pública sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais;
 - 12.8. Garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
- 13. Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos**
- 13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países;
 - 13.2. Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planos nacionais;
 - 13.3. Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.
- 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável**
- 14.1. Prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes até 2025;
 - 14.2. Gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;
 - 14.3. Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através do reforço da cooperação científica em todos os níveis;
 - 14.4. Regular a extração de recursos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, com as práticas de pesca destrutivas e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor período possível, pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas;
 - 14.5. Conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;

- 14.6. Proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobre capacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios desse tipo, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- 14.7. Aumentar os benefícios económicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade

- 15.1. Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;
- 15.2. Promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global;
- 15.3. Combater a desertificação e restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;
- 15.4. Assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;
- 15.5. Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, travar a perda de biodiversidade, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;
- 15.6. Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;
- 15.7. Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e agir no que respeita tanto a procura quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;
- 15.8. Implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras nos ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;

15.9. Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade.

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

16.1. Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares;

16.2. Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças;

16.3. Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;

16.4. Reduzir significativamente os fluxos ilegais financeiros e de armas, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;

16.5. Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;

16.6. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis;

16.7. Garantir que a tomada de decisão, a todos os níveis, é responsável, inclusiva, participativa e representativa;

16.8. Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global;

16.9. Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento;

16.10. Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável

17.1. Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive através do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita;

17.2. Os países desenvolvidos devem implementar de forma plena os seus compromissos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), incluindo o compromisso de muitos países desenvolvidos de atingir a meta de 0,7% da APD/RNB para os países em desenvolvimento e de 0,15% a 0,20% da APD/RNB para os países menos desenvolvidos; os prestadores de APD são incentivados a considerar estabelecer uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da APD/RNB aos países menos desenvolvidos;

17.3. Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;

17.4. Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e abordar a questão da

- dívida externa dos países pobres altamente endividados de forma a reduzir o sobre-endividamento;
- 17.5. Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos;
 - 17.6. Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global;
 - 17.7. Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado em desenvolvimento para promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente seguras e racionais;
 - 17.8. Operacionalizar plenamente o banco de tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação;
 - 17.9. Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável;
 - 17.10. Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), inclusive através da conclusão das negociações no âmbito da Agenda de Desenvolvimento de Doha;
 - 17.11. Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais;
 - 17.12. Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de quotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive através de garantias de que as regras de origem preferencial aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples e contribuam para facilitar o acesso ao mercado;
 - 17.13. Aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas;
 - 17.14. Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;
 - 17.15. Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável;

- 17.16. Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem o conhecimento, a perícia, a tecnologia e os recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;
- 17.17. Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias;
- 17.18. Reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e fidedignos, desagregados ao nível do rendimento, género, idade, etnia, estatuto migratório, incapacidade, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais;
- 17.19. Partir de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o PIB e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

Anexo 2 – Política de Sustentabilidade

No âmbito da certificação florestal, a Corticeira Amorim e a Finsa definiram políticas de sustentabilidade onde são definidos os objetivos específicos para dar cumprimento às práticas florestais sustentáveis, de acordo com os princípios e critérios *FSC*.

Nesta política, a Corticeira Amorim (2021, pág. 14) compromete-se a:

- Agir em total conformidade com a legislação e a regulamentação vigentes nas regiões onde opera, bem como, a prestar às autoridades toda a colaboração ao seu alcance;
- Integrar a sustentabilidade no processo de tomada de decisão;
- Respeitar colaboradores/as, clientes, fornecedores, acionistas e demais stakeholders, relevantes para a sustentabilidade da Corticeira Amorim;
- Gerir riscos e oportunidades associados às atividades da organização, de forma a evitar impactos negativos nas pessoas e no meio ambiente;
- Desenvolver a atividade de acordo com princípios de confiança, transparência e ética, estimulando canais de comunicação para informar, envolver e manter um diálogo contínuo com os *stakeholders*;
- Construir e fomentar um quadro de respeito pelos valores fundamentais dos Direitos Humanos (tal como proclamados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas) e do Trabalho (tal como enunciados pela Organização Internacional do Trabalho);
- Incentivar o comércio livre, esforçando-se por privilegiar relações responsáveis e sustentáveis com os seus fornecedores e partilhando com eles os seus compromissos em prol do desenvolvimento sustentável;
- Retribuir o suporte das comunidades onde opera, contribuindo para o progresso, desenvolvimento económico e bem-estar dessas comunidades, estimulando PME e futuros empreendedores locais a obter resultados sustentáveis e, desta forma, impulsionar o empreendedorismo nacional.

A Finsa (2021, pág. 38) segue uma política parecida, comprometendo-se a:

- Promove a utilização de matéria-prima, ou seja, madeira, proveniente de explorações florestais bem geridas, cumprir requisitos *PEFC* e *FSC*, quer na gestão das explorações florestais próprias, quer na cadeia de valor da madeira certificada consumida nas fábricas e promove a colaboração com os fornecedores que asseguram a cadeia de valor em relação à madeira proveniente da exploração;
- Evitar o comércio ilegal da madeira;
- Colaborar com as entidades reguladoras na proteção contra atividades não autorizadas ou ilegais de uso, caça, pesca, captura, coleta, povoamento e outras, de forma a identificar, denunciar, controlar e desencorajar tais atividades não autorizadas ou ilegais;
- Cumprir a legislação aplicável em todas as atividades abrangidas pelos nossos Planos de Gestão;

- Realizar práticas de gestão florestal de acordo com os Princípios e Critérios do *FSC* e suas Políticas e Normas, bem como com os sistemas de certificação *PEFC* e com os critérios e indicadores das normas *UNE* para a gestão florestal sustentável;
- Cumprir as normas corporativas de conduta do grupo, que estabelecem os valores e diretrizes de comportamento que devem ser assumidos por todas as pessoas que o compõem;
- Adotar medidas para prevenir riscos ambientais, acidentes graves e limitar as consequências do ambiente;
- Manter a melhoria contínua através do estabelecimento de metas e objetivos e avaliação ambiental, sistemática e periódica dos sistemas de gestão;
- Promove atividades de prevenção da poluição e estabelece objetivos de redução progressiva das emissões e descargas de materiais para o meio ambiente;
- Estabelecer canais de comunicação com todas as partes interessadas/afetadas na gestão, de forma a promover uma comunicação/participação fluída em ambas as direções, de forma proativa e transparente;
- Possibilitar a participação dos interessados que assim o solicitarem, nos processos de planeamento e controlo da gestão que afetem os seus interesses. As contribuições desses interessados podem ser incorporadas na gestão florestal se assim for considerado pela organização, mantendo um registo dos acordos e repassando-os aos participantes;
- Incentivar a participação das partes afetadas para que possam participar de forma proativa e transparente nos nossos processos de resolução de conflitos, identificação de direitos, lugares e impactos, atividades de desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, bem como na avaliação, gestão e monitoramento de Alta Conservação Valores.

Anexo 3 – Planos de ação no âmbito da melhoria ambiental e social

Para além das políticas de sustentabilidade definidas, as empresas também criaram planos de ação no âmbito da melhoria ambiental e social.

Na Corticeira Amorim (2021, pág. 24) esse plano passa por:

- Não violar a privacidade ou perder dados dos clientes, nomeadamente das empresas da Corticeira Amorim;
- Não recorrer a trabalho infantil, forçado ou por obrigação;
- Não praticar qualquer tipo de discriminação;
- Reduzir os resíduos e os efluentes;
- Manusear químicos de forma ambientalmente segura;
- Manusear, armazenar e reencaminhar os resíduos perigosos de forma ambientalmente segura; e
- Contribuir para a reciclagem e reutilização de materiais e produtos.

Na Finsa (2021, pág. 27) passa por:

- Proteção de espécies ameaçadas;
- Proteção contra espécies exóticas e invasoras;
- Controlo da qualidade e fertilidade do solo;
- Restauração, manutenção e conservação do habitat florestal original;
- Controlo de erosão;
- Proteção de matas ciliares e leitos de rios;
- Conservação de micro-habitat e habitats peculiares; e
- A organização realiza monitoramento contínuo nas unidades de fabricação, avaliando aspetos ambientais, sociais e económicos.

Anexo 4 – Linha de atuação de acordo com os princípios de atividades sustentáveis

A Corticeira Amorim (2021, pág. 42) definiu três princípios essenciais para dar cumprimento à sua atividade sustentável, que são eles a confidencialidade, a exaustividade e o respeito e dignidade. De forma a dar cumprimento a estes princípios, a empresa segue uma linha de atuação própria:

- Desenvolver novos produtos e mercados para a cortiça, envolvendo os clientes nesse processo, mantendo a proximidade e convertendo-os em embaixadores da cortiça;
- Procurar novas soluções tecnológicas, a nível de produto, em parceria com clientes, fornecedores e outras entidades;
- Reforçar a notoriedade das suas marcas com evolução constante da oferta em resposta às novas tendências de mercado e de consumo;
- Promover uma cultura de inovação, através de um ambiente propício à criatividade, ao espírito crítico e à iniciativa dos seus colaboradores/as, fomentando o trabalho em equipa e entreajuda transversal;
- Valorizar práticas inovadoras;
- Criar um ambiente de incentivo à ousadia, assumindo o risco e o insucesso como uma componente do processo de inovação;
- Providenciar formação contínua dos trabalhadores;
- Facilitar a comunicação, interna e externa, estabelecendo novos e melhorados canais para troca de informação; e
- Procurar implementar as melhores práticas de gestão e monitorizar, de forma contínua, os seus processos, identificando oportunidades de melhoria.